

Notas explicativas das Informações Financeiras Consolidadas em IFRS
referente aos trimestres findos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011

Banco Pine S.A.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes



Relatório de revisão das Informações Trimestrais (ITR)

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias consolidadas do Banco Pine S.A. e empresas controladas (“Instituição”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente*). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Banco Pine S.A. e empresas controladas

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as referidas informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

São Paulo, 14 de maio de 2012

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador CRC 1SP127241/O-0

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/03/2012	31/12/2011
ATIVO			
Ativos financeiros		9.759.229	10.616.040
Caixa e equivalentes de caixa	5	227.658	345.740
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		4.331.380	5.119.069
Ativos financeiros mantidos para negociação		4.035.024	4.541.995
Instrumentos de dívida	7	3.736.876	4.242.983
Instrumentos financeiros derivativos	8	298.148	299.012
Ativos financeiros disponíveis para venda		285.913	555.754
Instrumentos de dívida	7	285.913	555.754
Instrumentos de hedge (derivativos)	8	10.443	21.320
Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado		5.200.191	5.151.231
Empréstimos e recebíveis		5.200.191	5.151.231
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	86.643	270.313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	5.113.548	4.880.918
Outros ativos		467.804	438.957
Ativos não circulantes mantidos para venda	10	43.979	58.017
Outros		423.825	380.940
Devedores por depósitos em garantia	11	187.740	182.909
Imposto de renda a compensar		50.773	49.823
Outros ativos	12	185.312	148.208
Créditos tributários		66.715	88.238
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	66.715	88.238
Imobilizado	13	6.742	7.471
Imobilizado de uso		6.742	7.471
Intangível	14	2.677	2.475
Intangíveis		2.677	2.475
TOTAL DO ATIVO		10.303.167	11.153.181

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/03/2012	31/12/2011
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.			
PASSIVO			
Passivos financeiros		9.048.699	9.942.940
Passivos financeiros para negociação		122.620	99.468
Instrumentos financeiros derivativos	8	122.620	99.468
Passivo financeiro ao custo amortizado		8.926.079	9.843.472
Depósitos de instituições financeiras	15	160.611	105.885
Depósitos de clientes	16	3.651.584	3.711.282
Captações no mercado aberto	17	2.402.380	3.190.416
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	18	245.371	318.215
Obrigações por empréstimos e repasses	19	2.069.673	2.101.157
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	20	52.077	65.395
Dívidas subordinadas	21	284.593	297.731
Outros passivos financeiros	22	59.790	53.391
Instrumentos de hedge (derivativos)	8	-	13.930
Provisões	23	85.804	107.115
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		54.038	77.541
Provisões para riscos fiscais		31.766	29.574
Passivos Fiscais	24	2.528	5.568
Outros Passivos		114.426	57.714
Relações com correspondentes		5.671	6.366
Outras obrigações	25	108.755	51.348
TOTAL DO PASSIVO		9.251.457	10.127.267
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	26	1.051.710	1.025.914
Capital social - País		728.764	723.551
Capital social - Exterior		67.284	72.494
Reservas de capital		14.032	14.032
Reservas de lucros		233.729	190.590
Dividendos Propostos		3.947	26.726
Ajustes de avaliação patrimonial	27	3.954	(1.479)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.303.167	11.153.181

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

**BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS****DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	31/03/2012	31/03/2011
Receitas com juros e similares	28	207.621	162.082
Despesas com juros e similares	29	(140.685)	(123.995)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		66.936	38.087
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		66.158	59.304
Ativos e Passivos financeiros para negociação	30	50.353	57.696
Derivativos		7.626	37.332
Instrumentos de dívida		42.727	20.398
Instrumentos de patrimônio		-	(34)
Variações cambiais (líquidas)		15.805	1.608
Receitas de tarifas e comissões	31	23.513	3.523
Despesas de tarifas e comissões	32	(1.306)	(1.233)
TOTAL DE RECEITAS		155.301	99.681
Despesas administrativas		(57.267)	(45.715)
Despesas com pessoal	35	(35.814)	(22.563)
Despesas tributárias		(4.150)	(6.060)
Outras despesas administrativas	36	(17.303)	(17.092)
Outras receitas (despesas) operacionais	34	(37.559)	4.463
Depreciações e amortizações		(1.003)	(1.024)
Provisões (líquidas)	37	15.605	(350)
Provisão de ativos financeiros - Impairment		5.997	(10.250)
Empréstimos e recebíveis	9.e)	5.997	(10.250)
Resultado na alienação de bens	38	3.476	(34)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		84.550	46.771
Imposto de renda e contribuição social	39	(26.411)	(12.837)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO		58.139	33.934
Lucro atribuível ao Controlador		58.139	33.934
LUCRO POR AÇÃO (em reais)			
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)			
Ações ordinárias		0,59	0,35
Ações preferenciais		0,59	0,35
Lucro líquido atribuído/diluído (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias		30.517	18.358
Ações preferenciais		27.622	15.576
Média ponderada das ações emitidas - básica			
Ações ordinárias		51.886.766	51.886.766
Ações preferenciais		46.966.008	44.023.526

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	31/03/2012	31/03/2011
Lucro líquido consolidado do período		58.139	33.934
Ativos financeiros disponíveis para venda	27	2.869	(4.887)
Hedges fluxo de caixa	27	6.187	(6.039)
Imposto de renda		(3.622)	4.478
Lucro líquido abrangente		63.573	27.486

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Aumento de Capital	Reservas de capital	Reservas de lucro	Ações em tesouraria	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2010	422.606	-	223.342	225.685	(10.319)	-	-	(6.024)	855.290
Lucro líquido consolidado do período	-	-	-	-	-	-	33.934	-	33.934
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(6.448)	(6.448)
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(4.887)	(4.887)
Hedges fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(6.039)	(6.039)
Imposto de renda diferido	-	-	-	-	-	-	-	4.478	4.478
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras mutações do patrimônio líquido	-	-	309	19.338	700	-	(33.934)	-	(13.587)
Ágio na venda de ações em tesouraria	-	-	713	-	-	-	-	-	713
Venda de ações em tesouraria	-	-	-	-	700	-	-	-	700
Reclassificação de reservas	-	-	(404)	404	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	1.573	-	-	(1.573)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	17.361	-	-	(17.361)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Saldos em 31 de março de 2011	422.606	-	223.651	245.023	(9.619)	-	-	(12.472)	869.189
Saldos em 31 de dezembro de 2011	422.606	373.439	14.032	190.590	-	26.726	-	(1.479)	1.025.914
Lucro líquido consolidado do período	-	-	-	-	-	-	58.139	-	58.139
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	5.434	5.434
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	2.869	2.869
Hedges fluxos de caixa	-	-	-	-	-	-	-	6.187	6.187
Imposto de renda diferido	-	-	-	-	-	-	-	(3.622)	(3.622)
Outras mutações do patrimônio líquido	373.442	(373.439)	-	43.139	-	(22.779)	(58.139)	-	(37.776)
Aumento de capital	373.442	(373.439)	-	-	-	-	-	-	3
Reserva legal	-	-	-	2.328	-	-	(2.328)	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	40.811	-	-	(40.811)	-	-
Aprovação/pagamento dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	(22.779)	-	-	(22.779)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(15.000)	-	(15.000)
Saldos em 31 de março de 2012	796.048	-	14.032	233.729	-	3.947	-	3.954	1.051.710

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.



BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO
DE 2012 E DE 2011

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota	31/03/2012	31/03/2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido ajustado		72.640	47.890
Lucro líquido consolidado do período		58.139	33.934
Depreciação e Amortização		1.003	1.024
Impostos diferidos		17.639	1.503
Impairment empréstimos e recebíveis		(5.997)	10.250
Provisões / Reversões para contingências (líquidas)		1.330	1.161
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível, bens não de uso e investimentos		526	20
Outros		-	(2)
Varição de ativos e passivos operacionais		(138.623)	(23.565)
(Aumento) Redução Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		183.670	(3.959)
(Aumento) Redução instrumento de dívida		775.948	(320.564)
(Aumento) Redução Instrumento de patrimônio		5.433	4.143
(Aumento) Redução Derivativos (líquidos)		20.962	65.087
(Aumento) Redução Empréstimos e adiantamentos a clientes		(226.633)	158.389
(Aumento) Redução Imposto de renda e contribuição social diferidos		2.934	(8.562)
(Aumento) Redução Ativos não correntes para venda		14.039	(321)
(Aumento) Redução em Devedores por depósitos em garantia		(4.831)	-
(Aumento) Redução Outros Ativos		(37.263)	(30.232)
Aumento (Redução) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior		(72.844)	161.946
Aumento (Redução) Obrigação por empréstimo de ações		-	(398)
Aumento (Redução) Depósitos		(4.972)	(337.545)
Aumento (Redução) Captações no mercado aberto		(788.036)	284.380
Aumento (Redução) Obrigações por empréstimos e repasses		(31.484)	52.704
Aumento (Redução) Relações com correspondentes		(695)	(5.377)
Aumento (Redução) Obrigação por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(13.318)	(33.348)
Aumento (Redução) Outros Passivos Financeiros		6.399	2.722
Aumento (Redução) Provisões		(22.641)	(8.200)
Aumento (Redução) Passivos Fiscais		(3.040)	(3.319)
Aumento (Redução) Outras Obrigações		57.749	(1.111)
Caixa líquido proveniente de (aplicado nas) atividades operacionais		(65.983)	24.325
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Alienação de Imobilizado de Uso		190	65
Aquisição de Imobilizado de Uso		(521)	(60)
Aumento no intangível		(512)	-
Caixa líquido proveniente de (aplicado em) atividades de investimento		(843)	5
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital		3	-
Aumento de dívidas subordinadas		(13.138)	6.227
Aquisição líquida de ações em tesouraria		-	1.413
Dividendos/remuneração para acionistas		(38.121)	(18.286)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento		(51.256)	(10.646)
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	345.740	118.588
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	227.658	132.272
Informações complementares			
Juros recebidos		97.385	-
Juros pagos		32.983	-

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Banco ou Banco Pine") é uma sociedade por ações, domiciliado na Avenida das Nações Unidas, 8501 – 29º andar – Pinheiros – São Paulo – SP, registrado na BM&FBovespa S.A - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de crédito e financiamento e de câmbio.

As operações do Banco são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente, e certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituição controlada, integrante do Conglomerado Financeiro Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**a. Declaração de conformidade**

As informações financeiras consolidadas do Banco foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) a partir de 01 de janeiro de 2009, data da adoção inicial.

As informações financeiras individuais foram elaboradas localmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen, Lei das sociedades por ações e regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, doravante denominados "BRGAAP", e estão sendo apresentadas separadamente dessas demonstrações. A nota explicativa 47 contém a reconciliação do Patrimônio líquido e do Resultado.

As Informações Financeiras em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatária sem exceções.

Em atendimento à deliberação CVM nº 505/06, informamos que foi autorizada, em 04 de maio de 2012, a conclusão das Informações Financeiras Trimestrais, Individuais e Consolidadas, de 31 de março de 2012, pelo Conselho de Administração do Banco, dentre outras providências.

b. Normas, emendas, alterações e interpretações relevantes emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o período findo em 31 de março de 2012. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi prevista, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC) e CVM:

- IAS 19 - "Benefícios a Empregados" alterada em junho de 2011. Os principais impactos das alterações são: (i) eliminação da abordagem de corredor, (ii) reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais em outros resultados abrangentes conforme ocorrerem, (iii) reconhecimento imediato dos custos dos serviços passados no resultado, e (iv) substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A administração está avaliando o impacto total dessas alterações no Grupo. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- O IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015.

- O IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas" apóia-se em princípios já existentes, identificando o conceito de controle como fator preponderante para determinar se uma entidade deve ou não ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora. A norma fornece orientações adicionais para a determinação do controle. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 10. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 11 - "Acordos em Conjunto", emitido em maio de 2011. A norma provê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo ao invés de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido com controle em conjunto. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- O IFRS 12 - "Divulgação sobre Participações em Outras Entidades", trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 12. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 13 - "Mensuração de Valor Justo", emitido em maio de 2011. O objetivo do IFRS 13 é aprimorar a consistência e reduzir a complexidade da mensuração ao valor justo, fornecendo uma definição mais precisa e uma única fonte de mensuração do valor justo e suas exigências de divulgação para uso em IFRS. As exigências, que estão bastante alinhadas entre IFRS e US GAAP, não ampliam o uso da contabilização ao valor justo, mas fornecem orientações sobre como aplicá-lo quando seu uso já é requerido ou permitido por outras normas IFRS ou US GAAP. O Grupo ainda está avaliando o impacto total do IFRS 13. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013.

O Banco entende que a adoção das normas e interpretações anteriormente mencionadas não terá efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas como um todo, exceto para o IFRS 9 e IAS 19, que o Banco está analisando os impactos decorrentes da adoção destas normas. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Banco.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Informações Financeiras e têm sido aplicadas de forma consistente pelas Empresas do Banco.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

As normas e alterações das normas existentes foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Banco iniciados após 1º de janeiro de 2011.

a. Base de consolidação

As Informações Financeiras consolidadas contemplam as operações do Banco Pine S.A., que inclui a agência de Grand Cayman, suas subsidiárias, bem como das entidades de propósito específico e dos fundos de investimento onde o Pine é cotista único.

 Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo grupo.

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Atividade	Participação no capital (%)	
		31/03/2012	31/12/2011
Subsidiárias			
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Distribuidora de Títulos e valores mobiliários	99,9998	99,9998
Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda. ⁽²⁾	Consultoria	100,0000	100,0000
Pine Corretora de seguros Ltda. ⁽¹⁾	Corretora	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. ⁽¹⁾	Consultoria	99,9998	99,9998
Entidades de propósito específico			
Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros	FIDC	-	-
Fundos de investimentos - cotista único			
Pine High Yield Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Fundo de investimento multimercado	-	-
Pine CM Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado	Fundo de investimento multimercado	-	-
Fundo de Investimento Pine Referenciado DI Crédito Privado	Fundo de investimento DI	-	-

⁽¹⁾ Em 12 de dezembro de 2011, foram constituídas a Pine Assessoria e Consultoria Ltda e Pine Corretora de Seguros Ltda.

⁽²⁾ Em 16 de fevereiro de 2012 foi aprovada a transformação do tipo societário de Sociedade Anônima para Sociedade Empresária Ltda, com a mudança da denominação social da BP Empreendimentos e Participações S/A para Pine Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as Empresas sobre as quais o Banco exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. As subsidiárias são consolidadas pelo método integral desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa. Consequentemente, todos os saldos e transações entre as empresas consolidadas são eliminados na consolidação.

Entidade de Propósito Específico - Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros (Pine Crédito Privado)

Pelo fato do controle sobre os recebíveis cedidos ao fundo remanescer com o Banco (recebimento, repasse e cobrança), e na essência o Banco fornecer garantias aos investidores do FIDC em relação aos recebimentos e rendimentos esperados por meio de aquisição de cotas subordinadas, a administração do Banco consolida o FIDC, conforme previsto na SIC 12.

Conforme artigo 5º da Instrução CVM nº 408/04, seguem informações relacionadas ao Pine Crédito Privado considerado na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas:

i) Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC.

O Fundo denominado Pine Crédito Privado Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financeiros, administrado pelo Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, foi constituído sob a forma de condomínio fechado em 07 de dezembro de 2010. A data de início da distribuição foi em 28 de março de 2011. O Fundo ofertou 207.000 quotas seniores no valor unitário de R\$1. A data de encerramento da distribuição foi em 06 de abril de 2011. O Fundo encerrará suas atividades no prazo de 180 dias contados do resgate integral das quotas seniores em circulação (54 meses após a data de distribuição do Fundo).

O objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, exclusivamente por meio da aquisição de Direitos Creditórios do segmento financeiro, exclusivamente originados e cedidos pelo Pine, que atendam aos Critérios de Elegibilidade, observados todos os índices de composição e diversificação de carteira estabelecidos no Regulamento. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

ii) Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC.

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, e capítulo 21 do Regulamento do Fundo, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido do Fundo será de 69%. Isto quer dizer que o Fundo deverá ter 31% de seu patrimônio representado por cotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos cotistas do Fundo, mensalmente.

iii) Natureza de seu envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento.

A verificação do enquadramento dos direitos creditórios às condições de cessão é, na forma do contrato de cessão, de responsabilidade exclusiva do Cedente (Banco Pine), sem prejuízo do direito do cessionário (Fundo), diretamente ou por intermédio de terceiros, também efetuar tal verificação.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos direitos creditórios pelos sacados e demais ativos componentes da carteira do Fundo é atribuído às cotas subordinadas até o limite equivalente à somatória do valor total destas. Uma vez excedido esta somatória, a inadimplência dos direitos creditórios de titularidade do Fundo é atribuída às cotas seniores. As cotas subordinadas não apresentam uma meta de rentabilidade, porém deverão se beneficiar dos eventuais retornos excedentes gerados pela carteira de direitos creditórios.

Na hipótese de inobservância do percentual de cotas subordinadas representando menos de 31% do patrimônio líquido do Fundo, o Banco terá 5 dias úteis para providenciar o restabelecimento dessa relação mínima, através de subscrição de novas cotas subordinadas, o que caso não ocorra, deverá a Administradora convocar um Evento de Avaliação nos termos do regulamento. Na hipótese das cotas subordinadas representarem mais que 31% do patrimônio líquido do Fundo, a administradora poderá realizar uma amortização parcial de cotas subordinadas em montante necessário ao re-equilíbrio desse fator.

iv) Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre a companhia e o FIDC, ativos transferidos pela companhia e direitos de uso sobre ativos do FIDC.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Em 31 de março de 2012 não houve operações cedidas para o FIDC.

Fundos de Investimento - Cotista único

Consolidamos os fundos de investimentos em que o Pine é cotista único, pois na essência o Banco obtém a maioria dos riscos e benefícios de suas operações.

b. Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mantidos para negociação, instrumentos financeiros disponíveis para venda, instrumentos financeiros derivativos e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de hedge em transações qualificáveis de hedge de valor justo atribuível ao risco protegido.

c. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os valores reais podem ser diferentes destas estimativas.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

d. Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras de acordo com o critério contábil da competência.

e. Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Banco Central do Brasil.

f. Moeda estrangeira*Moeda funcional e moeda de apresentação*

Cada empresa do Grupo determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 – “Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio”. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Banco, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Grupo, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

- . Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;
- . Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em “outros resultados abrangentes”.

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica “Receitas de juros e similares” na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- Juros de ativos de investimentos disponíveis para venda, com base na taxa efetiva de juros;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Banco e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em “Resultado de ativos e passivos financeiros para negociação”.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

h. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i. Taxas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizadas na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j. Resultado de instrumentos financeiros para negociação

O resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação compreende os ganhos líquidos e as perdas relacionados aos ativos e passivos mantidos para negociação, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais sobre estes instrumentos financeiros e são contabilizados na rubrica "Instrumentos de dívida" na demonstração do resultado.

k. Resultado de outros instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo

O resultado de outros instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo refere-se a derivativos não qualificados mantidos para objetivos de gerenciamento de risco e a ativos e passivos financeiros designados ao valor justo, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo, juros, dividendos e diferenças cambiais sobre estes instrumentos financeiros.

l. Dividendos

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação ou do Resultado de outros instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com a classificação do instrumento de capital e são contabilizados na rubrica "Instrumentos de patrimônio" na demonstração do resultado.

m. Imposto de imposto de renda

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

n. Instrumentos financeiros ativos e passivos**i. Definições**

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para o Banco e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Instrumento de patrimônio" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

"Derivativo financeiro" é o instrumento cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros e índice de mercado).

Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis.

ii. Reconhecimento

Inicialmente, o Banco reconhece as operações de crédito e adiantamentos, os depósitos, os títulos emitidos e os passivos subordinados na data em que são originados. Todos os demais ativos e passivos financeiros, incluindo aqueles designados a valor justo contra resultado, são inicialmente reconhecidos na data da negociação na qual o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu valor justo, acrescidos (para instrumentos não avaliados subsequentemente a valor justo contra resultado) dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

iii. Classificação

Os instrumentos financeiros estão classificados em uma das categorias apresentadas nas práticas contábeis 3(o), (p), e (r).

iv. Baixa

Ativos financeiros são baixados quando expiram os direitos contratuais sobre os seus fluxos de caixa, ou quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais são transferidos em uma transação na qual os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são substancialmente transferidos. Qualquer interesse sobre ativos financeiros transferidos criado ou retido pelo Banco, é reconhecido como um ativo ou um passivo em separado.

O Banco efetua a baixa de passivos financeiros quando suas obrigações contratuais são extintas, canceladas ou expiram.

O Banco realiza transações nas quais ativos financeiros reconhecidos são transferidos, porém todos ou a maioria dos riscos e benefícios dos ativos transferidos são retidos pelo Banco e não são baixados do balanço patrimonial. Transferências de ativos com retenção de todos ou da maioria dos riscos e benefícios incluem, por exemplo, cessão de créditos com coobrigação e operações de venda de títulos com compromisso de recompra.

Nas transações em que o Banco não retém nem transfere substancialmente todos os riscos e os benefícios de propriedade de um ativo financeiro, é feita a baixa do respectivo ativo quando o Banco deixa de exercer controle sobre este. Em transferências nas quais é retido o controle sobre o ativo, o Banco continua a reconhecer esse ativo na proporção do seu envolvimento, determinado pela duração de suas exposições às mudanças no valor do ativo transferido.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Em certas transações o Banco mantém a obrigação de prestar serviços sobre os ativos financeiros transferidos. Os ativos transferidos neste caso são baixados em sua totalidade se cumprirem os critérios de baixa. Os direitos e as obrigações retidos nas transações de transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos conforme apropriado.

O Banco realiza a baixa de empréstimos e adiantamentos a clientes e instituições financeiras quando estes estão em atraso a mais de 360 dias.

v. Aglutinação de ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros podem ser compensados entre si e o valor líquido pode ser apresentado no balanço quando, e somente quando, o Banco possui legalmente o direito de compensar os valores, e tem a intenção de liquidá-los pelo valor líquido ou de realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

vi. Compras normais de ativos financeiros

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

vii. Mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro é o valor no qual o ativo ou passivo financeiro é avaliado quando do seu reconhecimento inicial, menos as amortizações do principal, adicionado ou reduzido da amortização acumulada utilizando-se o método da taxa efetiva de juros de quaisquer diferenças entre o valor inicial reconhecido e o valor de resgate no vencimento, deduzindo-se quaisquer reduções por não-recuperação (*impairment*) ou impossibilidade de cobrança.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. A receita com operações cedidas, com ou sem coobrigação, são reconhecidas no resultado na data em que as cessões são efetuadas.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente.

viii. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data de balanço.

Quando disponível, o Banco determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados no mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração de resultado consolidada.

ix. Técnicas de avaliação
a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

Mensurações de valor justo de Nível 3 são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos períodos findos em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

	31/03/2012			31/12/2011		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mantidos para negociação	3.406.175	628.849	4.035.024	3.961.815	580.180	4.541.995
Ativos financeiros disponíveis para venda	270.285	15.628	285.913	540.736	15.018	555.754
Passivos financeiros para negociação	17.264	105.356	122.620	5.963	93.505	99.468
Instrumentos de hedge (Ativo)	-	10.443	10.443	-	21.320	21.320
Instrumentos de hedge (Passivo)	-	-	-	-	13.930	13.930

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privada e ações de companhias abertas.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não houve transferências entre os níveis 1 e 2. O Banco não possui nenhum instrumento financeiro classificado como Nível 3.

b) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do período.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

	31/03/2012		31/12/2011	
	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽ⁱ⁾	86.643	86.643	270.313	270.313
Empréstimos e adiantamentos a clientes ⁽ⁱⁱ⁾	5.138.629	5.113.548	4.844.094	4.880.918
Total dos ativos financeiros	5.225.272	5.200.191	5.114.407	5.151.231
Passivos financeiros				
Depósitos de instituições financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	160.611	160.611	105.885	105.885
Depósitos de clientes ^(iv)	3.630.337	3.651.584	3.726.158	3.711.282
Captações no mercado aberto ^(v)	2.402.380	2.402.380	3.190.416	3.190.416
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior ^(vi)	250.876	245.371	318.562	318.215
Obrigações por empréstimos e repasses ^(vii)	2.070.643	2.069.673	2.095.596	2.101.157
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros ^(viii)	52.077	52.077	65.395	65.395
Outros passivos financeiros	59.790	59.790	53.391	53.391
Dividas subordinadas ^(ix)	288.690	284.593	299.317	297.731
Total dos passivos financeiros	8.915.404	8.926.079	9.854.720	9.843.472

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

i) O valor justo dos empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

 ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros se aproximam substancialmente do seu valor contábil.

iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

x. Operações compromissadas

Compra (venda) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "instrumento de dívida".

xi. Identificação e mensuração de "impairment"

 Em cada data de balanço, o Banco avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não avaliados ao valor justo contra resultado apresentam *impairment*. Os ativos financeiros são considerados com *impairment* quando evidências objetivas demonstram que uma perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que esta perda representa um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo que podem ser estimados de modo confiável.

 O Banco considera evidências de *impairment* tanto para ativos específicos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Todos os ativos significativos que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados são avaliados coletivamente para detectar qualquer *impairment* incorrido, porém ainda não identificados. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar *impairment* agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares.

 As evidências objetivas de que os ativos financeiros (incluindo instrumentos de capital) possuem *impairment* podem incluir inadimplência por parte do tomador do financiamento, reestruturação do financiamento ou adiantamento pelo Banco em termos que este não aceitaria em outra situação, indicações de que o tomador do financiamento ou emitente entrará em falência, a não-existência de um mercado ativo para um título, ou outros dados observáveis relativos a um conjunto de ativos, tais como, mudanças adversas no histórico de pagamento de tomadores ou emitentes, ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplências. Em adição, para investimentos em instrumentos de capital, uma perda significativa ou prolongada no seu valor justo abaixo do custo inicial representa uma evidência objetiva de *impairment*.

 As perdas por *impairment* de ativos contabilizados pelo custo amortizado são mensuradas levando em consideração a probabilidade de descumprimento, que corresponde à expectativa de longo prazo das taxas de descumprimento para o horizonte temporal de um ano do tomador e a perda dado o descumprimento, que corresponde a perda econômica decorrente do descumprimento, considerados todos os fatores relevantes associados à cobrança da obrigação. As perdas são reconhecidas no resultado na conta "perdas com ativos financeiros - *impairment*". Os juros dos ativos continuam sendo reconhecidos enquanto existir a expectativa de recebimento. Quando um evento subsequente causa uma redução no valor de uma perda por *impairment* anteriormente reconhecida, esta é revertida contra o resultado do período.

 As perdas por *impairment* com ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas transferindo-se a diferença entre o custo de aquisição amortizado e o valor justo atual, do patrimônio líquido para o resultado do período. Quando um evento subsequente reduz o valor da perda por *impairment* anteriormente reconhecida em ativos financeiros disponíveis para venda, esta é revertida contra o resultado do período. Entretanto, quaisquer recuperações subsequentes no valor justo de um instrumento financeiro disponível para venda anteriormente ajustado por uma perda por *impairment*, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. As mudanças nas provisões para *impairment* atribuíveis ao valor do tempo são refletidas como componente da receita de juros.

o. Ativos e passivos mantidos para negociação

Os ativos e passivos mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas como parte da receita líquida de negociação no resultado do período. Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

 Os derivativos são classificados nesta subcategoria com exceção dos instrumentos de *hedge*.

p. Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados nesta categoria no reconhecimento inicial ou que não são classificados em outras categorias de ativos financeiros.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida no resultado quando o Banco passa a ter direito aos dividendos. As variações cambiais ativas ou passivas sobre investimentos em ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidas no resultado.

Outras mudanças no valor justo são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido até que o investimento seja vendido ou uma perda por "impairment" seja verificada, quando então o saldo da reserva no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

q. Mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são ativos com pagamentos fixados ou determináveis e vencimento fixado que o Banco tem intenção e capacidade de manter até o vencimento.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são contabilizados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Qualquer venda ou reclassificação de um montante significativo de investimentos mantidos até o vencimento não próximos de seu vencimento resultará na reclassificação de todos os ativos financeiros "mantidos até o vencimento" para "disponíveis para venda", e impedirá que o Banco classifique ativos financeiros como "mantidos até o vencimento" no exercício social corrente e nos próximos dois subsequentes.

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o Banco não possuía operações classificadas como mantidas até o vencimento.

r. Empréstimos e recebíveis

Operações de crédito e adiantamentos são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, e que o Banco não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

As operações de crédito e adiantamentos são mensuradas inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à operação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

s. Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos para a negociação. Esses derivativos são mensurados a valor justo.

O Banco designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting*. Na designação inicial do *hedge*, o Banco documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*. O Banco avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge*, durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de *hedge*. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do período.

t. Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos não circulantes mantidos para venda incluem o valor contábil de imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não circulantes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não circulantes mantidos para venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

u. Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment*.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

ii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os exercícios atual e comparativo são:

Veículos	5 anos
Sistemas de computação	5 anos
Outros bens	10 anos

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

v. Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i. Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) 3. Etapa Pós-implantação do Projeto (despesa).

Os softwares adquiridos pelo Banco são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

A despesa de desenvolvimento interno de *software* é reconhecida como ativo quando o Banco consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do *software* de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os softwares desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por *impairment*.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

ii. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os exercícios atual e comparativo são:

Softwares

5 anos

iii. Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Banco são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

x. Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

y. Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

z. Impairment de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no "recoverable amount", que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

aa. Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos e as dívidas subordinadas são as fontes do Banco para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos e as dívidas subordinadas são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Banco designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Banco vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações contábeis do Banco.

ab. Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Banco tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

ac. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;
- Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Banco ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos são divulgadas.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

ad. Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade etc.

O Banco reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação e outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre empréstimos e adiantamentos mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica "Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões" no balanço patrimonial consolidado. Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não foram constituídas provisões para essas operações.

ae. Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Banco no final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

af. Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

ag. Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no Patrimônio Líquido em Ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendidas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta específica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de Reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

ah. Lucro por ação

O Banco apresenta informações sobre o lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Banco pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro por ação ordinárias e preferenciais diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

O Banco não possui instrumentos com potencial de diluição em 31 de março de 2012.

ai. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

3.1 - Estimativas contábeis críticas

A posição financeira e o desempenho do Banco e suas controladas são influenciados pelas políticas contábeis, premissas, estimativas e julgamentos da administração.

O Banco e suas controladas preparam as estimativas com base em premissas que afetam os números divulgados de ativos e passivos dentro do próximo ano fiscal. Todas as estimativas e premissas requeridas em conformidade com as IFRS são as estimativas que de acordo com a administração são adequadas às atividades do Banco. Estimativas e julgamentos são avaliados em bases contínuas e baseadas nas experiências passadas e outros fatores, incluindo expectativas futuras.

(a) Avaliação do valor justo de alguns instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros sem mercado ativo ou cujos preços não estão disponíveis é calculado por meio de técnicas de precificação. Nestes casos, os valores justos são estimados por meio de dados observados em instrumentos similares ou através de modelos. Quando dados observáveis de mercado não estão disponíveis, eles são estimados baseados em premissas consideradas apropriadas. Quando são utilizadas técnicas de precificação, estas são validadas e revisadas periodicamente a fim de manter sua confiabilidade.

Em algumas situações é necessária a inclusão do risco de crédito na mensuração do valor justo. Para isto, são utilizadas técnicas estatísticas (volatilidade e correlações) que necessariamente requerem julgamentos da administração.

O Banco determina que investimentos "disponíveis para venda" estão impaired quando ocorre uma queda significativa e prolongada no valor justo do ativo, abaixo do seu custo.

A determinação de que é considerada "significativa" ou "prolongada" requer julgamento. Para alcançar este julgamento o Banco avalia entre outros fatores, a volatilidade dos preços dos instrumentos. Adicionalmente, a evidência objetiva do impairment pode ser a deterioração na saúde financeira da empresa, o desempenho da indústria, a performance do setor, a mudança de tecnologia e no fluxo de caixa operacionais e financeiros.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

(b) Impairment de empréstimos e adiantamentos

É efetuada a revisão quanto a necessidade de impairment da carteira de empréstimos e adiantamentos mensalmente. O Banco faz uso de julgamentos para verificar a existência de indícios de impairment. Esses indícios incluem dados observáveis que indicam que ocorreram mudanças adversas no status de pagamentos de devedores classificados numa mesma categoria, além de condições econômicas que possam afetar o valor contábil dos ativos. Quando verificada a necessidade de reconhecimento de uma perda ao valor recuperável esta deve ser reconhecida nas demonstrações financeiras.

A Administração efetua julgamentos baseados nas perdas históricas para ativos com risco de crédito semelhante e evidência objetiva similar de impairment.

A metodologia e as premissas utilizadas para os cálculos de impairment são revisadas constantemente.

(c) Impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos em decorrência de diferenças temporárias na medida em que for provável que o Banco e suas controladas terão lucro tributável no futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados.

Os créditos tributários e prejuízos fiscais a compensar são reconhecidos quando for provável que haverá lucro tributável futuro suficiente para a utilização destes créditos.

(d) Passivos contingentes

O Banco revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser razoavelmente estimado.

As contingências classificadas como Perdas Prováveis são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores, conforme detalhado nas Notas 3ac e Nota 23.

4.SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

. Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

. Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

. Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O Banco é composto pelos seguintes segmentos operacionais reportáveis:

Empresas

O segmento empresas possui um amplo leque de produtos, que inclui diversas modalidades de operações de crédito e repasses (capital de giro, repasses do BNDES, Trade Finance, entre outros), tanto em moeda local como em moeda estrangeira; assessoria financeira e estratégica; produtos de tesouraria para o cliente; e investimentos.

O Banco possui uma ampla rede de relacionamento com empresas dos mais diversos setores, como Açúcar e Alcool, Infra-Estrutura, Energia Elétrica e Renovável, Construção Civil, entre outros.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Varejo

O Banco cessou a originação de crédito consignado desde o final de 2007 reduzindo substancialmente o volume de sua carteira, trimestre a trimestre.

Ainda incorre despesas relacionadas ao negócio de crédito consignado, que ocorrerão até o vencimento das operações de crédito consignado cedidas com coobrigação. As principais despesas são relacionadas a pré-pagamento, provisão para créditos de liquidação duvidosa e seguro prestamista.

As demonstrações do resultado e outros dados significativos são os seguintes:

	31/03/2012		
	Empresas	Varejo	Total
Receitas com juros e similares	204.208	3.413	207.621
Despesas com juros e similares	(140.100)	(585)	(140.685)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	64.108	2.828	66.936
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	66.158	-	66.158
Ativos e Passivos financeiros para negociação	50.353	-	50.353
Derivativos	7.626	-	7.626
Instrumentos de dívida	42.727	-	42.727
Variações cambiais (líquidas)	15.805	-	15.805
Receitas de tarifas e comissões	23.513	-	23.513
Despesas de tarifas e comissões	(770)	(536)	(1.306)
TOTAL DE RECEITAS	153.009	2.292	155.301
Despesas administrativas	(54.830)	(2.437)	(57.267)
Despesas com pessoal	(34.171)	(1.643)	(35.814)
Despesas tributárias	(4.150)	-	(4.150)
Outras despesas administrativas	(16.509)	(794)	(17.303)
Outras receitas (despesas) operacionais	(37.885)	326	(37.559)
Depreciações e amortizações	(957)	(46)	(1.003)
Provisões (líquidas)	15.717	(112)	15.605
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	8.135	(2.138)	5.997
Empréstimos e recebíveis	8.135	(2.138)	5.997
Resultado na alienação de ativos não recorrentes para venda	3.476	-	3.476
LUCRO (PREJUIZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	86.665	(2.115)	84.550
Imposto de renda	(27.072)	661	(26.411)
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO	59.593	(1.454)	58.139
Outros:			
Total em ativos	10.135.697	167.470	10.303.167
Empréstimos e adiantamentos a clientes	5.014.699	98.849	5.113.548
Total em passivos	8.606.393	645.064	9.251.457
Depósitos de clientes	3.651.584	-	3.651.584

	31/03/2011		
	Empresas	Varejo	Total
Receitas com juros e similares	156.487	5.595	162.082
Despesas com juros e similares	(121.976)	(2.019)	(123.995)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	34.511	3.576	38.087
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	59.304	-	59.304
Ativos e Passivos financeiros para negociação	57.696	-	57.696
Derivativos	37.332	-	37.332
Instrumentos de dívida	20.398	-	20.398
Instrumentos de patrimônio	(34)	-	(34)
Variações cambiais (líquidas)	1.608	-	1.608
Receitas de tarifas e comissões	3.523	-	3.523
Despesas de tarifas e comissões	(758)	(475)	(1.233)
TOTAL DE RECEITAS	96.580	3.101	99.681
Despesas administrativas	(41.598)	(4.117)	(45.715)
Despesas com pessoal	(20.220)	(2.343)	(22.563)
Despesas tributárias	(6.060)	-	(6.060)
Outras despesas administrativas	(15.318)	(1.774)	(17.092)
Outras receitas (despesas) operacionais	4.459	4	4.463
Depreciações e amortizações	(917)	(107)	(1.024)
Provisões (líquidas)	(1.282)	932	(350)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(6.128)	(4.122)	(10.250)
Empréstimos e recebíveis	(6.128)	(4.122)	(10.250)
Resultado na alienação de ativos não recorrentes para venda	(34)	-	(34)
LUCRO (PREJUIZO) OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO	51.080	(4.309)	46.771
Imposto de renda	(14.019)	1.182	(12.837)
LUCRO (PREJUIZO) LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO	37.061	(3.127)	33.934
Outros:			
Total em ativos	9.039.949	266.291	9.306.240
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.486.605	226.050	4.712.655
Total em passivos	8.280.860	156.191	8.437.051
Depósitos de clientes	3.109.857	-	3.109.857

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/03/2012	31/03/2011
Disponibilidades (Caixa)	145.545	111.041
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽¹⁾	82.113	21.231
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	227.658	132.272

⁽¹⁾ Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Os empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão compostos como segue:

	31/03/2012	31/12/2011
Classificação:		
Empréstimos e recebíveis	86.643	270.313
Total	86.643	270.313
Tipo:		
Aplicação em depósitos interfinanceiros	86.643	270.313
Total	86.643	270.313

7. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

Os instrumentos de dívida, em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, estão compostos como segue:

	31/03/2012			31/12/2011		
	Valor justo	Valor de curva	Ajuste de MTM	Valor justo	Valor de curva	Ajuste de MTM
Classificação:						
Ativos financeiros para negociação	3.736.876	3.711.973	24.903	4.242.983	4.227.841	15.142
Ativos financeiros disponíveis para venda	285.913	285.523	390	555.754	558.232	(2.478)
Total	4.022.789	3.997.496	25.293	4.798.737	4.786.073	12.664

Papel/Vencimento	Valores atualizados pelo mercado					Total	Valor de curva
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Ativos financeiros disponíveis para venda:							
Carteira própria:							
LTN	-	-	2.642	-	-	2.642	2.624
NTN	-	-	-	-	240.779	240.779	240.412
Cotas de fundos de investimento	26.081	-	-	-	-	26.081	26.081
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	15.628	15.628	15.628
Subtotal	26.081	-	2.642	-	256.407	285.130	284.745
Vinculados a compromissos de recompra:							
NTN	-	-	783	-	-	783	778
Subtotal	-	-	783	-	-	783	778
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	26.081	-	3.425	-	256.407	285.913	285.523
Ativos financeiros para negociação ⁽¹⁾:							
Carteira própria:							
LFT	-	-	-	-	69.628	69.628	69.628
LTN	-	249.913	60.323	6.448	45.647	362.331	361.576
NTN	-	-	-	55.715	259.589	315.304	315.208
CCB	-	-	-	-	18.738	18.738	18.738
Debêntures	-	-	-	-	303.623	303.623	303.623
Subtotal	-	249.913	60.323	62.163	697.225	1.069.624	1.068.773
Vinculados a compromissos de recompra:							
LTN	-	2.239.036	-	-	-	2.239.036	2.217.927
NTN	-	150.470	-	-	-	150.470	149.432
Debêntures	-	22.322	-	-	-	22.322	22.322
Subtotal	-	2.411.828	-	-	-	2.411.828	2.389.681
Vinculados à prestação de garantias:							
LTN	-	-	-	254.911	-	254.911	253.025
NTN	-	-	-	-	513	513	494
Subtotal	-	-	-	254.911	513	255.424	253.519
Total de ativos financeiros para negociação	-	2.661.741	60.323	317.074	697.738	3.736.876	3.711.973
Total	26.081	2.661.741	63.748	317.074	954.145	4.022.789	3.997.496

Papel/Vencimento	Valores atualizados pelo mercado					Total	Valor de curva
	Sem Vencimento	Até 30 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Ativos financeiros disponíveis para venda:							
Carteira própria:							
LTN	-	-	3.334	-	3.334	3.307	
NTN	-	-	-	222.489	222.489	223.462	
Cotas de fundos de investimento	25.723	-	-	-	25.723	25.723	
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	15.018	15.018	15.018	
Subtotal	25.723	-	3.334	237.507	266.564	267.510	
Vinculados à prestação de garantias:							
NTN	-	289.190	-	-	289.190	290.722	
Subtotal	-	289.190	-	-	289.190	290.722	
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	25.723	289.190	3.334	237.507	555.754	558.232	

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Ativos financeiros para negociação ⁽¹⁾:
Carteira própria:

LFT	-	-	-	36.652	36.652	36.652
LTN	-	-	85.158	106.566	191.724	191.404
NTN	-	629.027	-	27.135	656.162	656.136
CCB	-	-	-	4.922	4.922	4.922
Debêntures	-	-	-	251.034	251.034	251.034
Subtotal	-	629.027	85.158	426.309	1.140.494	1.140.148
Vinculados a compromissos de recompra:						
LTN	-	2.575.197	-	-	2.575.197	2.563.730
NTN	-	310.534	-	-	310.534	308.953
Debêntures	-	30.812	-	-	30.812	30.812
Subtotal	-	2.916.543	-	-	2.916.543	2.903.495
Vinculados ao Bacen:						
LTN	-	-	45.392	-	45.392	44.968
Subtotal	-	-	45.392	-	45.392	44.968
Vinculados à prestação de garantias:						
LTN	-	-	140.036	-	140.036	138.726
NTN	-	-	-	518	518	504
Subtotal	-	-	140.036	518	140.554	139.230
Total de ativos financeiros disponíveis para negociação	-	3.545.570	270.586	426.827	4.242.983	4.227.841
Total	25.723	3.834.760	273.920	664.334	4.798.737	4.786.073

⁽¹⁾ Os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados pelo prazo do papel.

8. DERIVATIVOS PARA NEGOCIAÇÃO (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE
a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de stress.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na BM&FBovespa ou na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total da instituição.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Banco vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Banco utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela BM&FBovespa, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação e hedge:

	31/03/2012		31/12/2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Derivativos para negociação				
"Swap"	229.553	50.217	197.066	45.984
Risco de mercado	229.553	50.217	197.066	45.984
Risco de taxa de juros	145.780	32.226	181.589	22.622
Risco de moeda estrangeira	59.916	17.925	2.135	22.695
Risco de preço	-	-	-	-
Mercadoria	8.792	52	7.428	379
Renda variável	15.065	14	5.914	288
Termo de moeda	56.276	54.611	89.876	41.722
Risco de taxa de juros	804	17.691	81.774	25.648
Risco de moeda estrangeira	47.483	25.211	8.102	16.074
Mercadoria	7.989	11.709	-	-

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Opções	12.319	17.792	12.070	11.762
Risco de moeda estrangeira	6.326	12.237	6.470	5.799
Mercadoria	5.993	5.555	5.600	5.963
Renda variável	-	-	-	-
Total de derivativos para negociação	298.148	122.620	299.012	99.468
Derivativos de hedge				
"Swap"	10.443	-	21.320	13.930
Derivativos de Hedge	10.443	-	21.320	13.930
Risco de taxa de juros	10.443	-	21.320	13.930
Total de derivativos de hedge	10.443	-	21.320	13.930
Total de derivativos	308.591	122.620	320.332	113.398

e) Valores de referência (notional) e valores justos de derivativos de negociação e hedge:

				31/03/2012
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de curva	Ganho (perda)
Derivativos para negociação				
"Swap"				
Risco de mercado				
Posição ativa:	3.491.890	3.869.864	3.685.315	184.549
Risco de taxa de juros	2.868.221	3.108.574	2.975.461	133.113
Risco de moeda estrangeira	523.734	630.648	579.596	51.052
Mercadoria	49.759	61.286	61.253	33
Renda variável	50.176	69.356	69.005	351
Posição passiva:	3.491.890	3.681.149	3.607.894	73.255
Risco de taxa de juros	2.251.587	2.406.480	2.350.156	56.324
Risco de moeda estrangeira	1.239.284	1.273.473	1.256.542	16.931
Mercadoria	1.019	1.196	1.196	-
Valor líquido	-	188.715	77.421	111.294
Contratos a termo				
Posição ativa:	2.295.752	2.365.354	2.397.852	(32.498)
Risco de taxa de juros	531.549	527.291	538.585	(11.294)
Risco de moeda estrangeira	1.542.865	1.609.023	1.630.227	(21.204)
Mercadoria	221.338	229.040	229.040	-
Posição passiva:	2.295.752	2.363.689	2.393.504	(29.815)
Risco de taxa de juros	1.439.287	1.457.051	1.477.053	(20.002)
Risco de moeda estrangeira	746.586	774.628	784.379	(9.751)
Mercadoria	109.879	132.010	132.072	(62)
Valor líquido	-	1.665	4.348	(2.683)
Opções				
Prêmios de opções a exercer:	554.740	12.319	12.613	(294)
Risco de moeda estrangeira	414.512	6.326	6.860	(534)
Mercadoria	140.228	5.993	5.753	240
Prêmios de opções lançadas:	656.827	17.792	13.367	4.425
Risco de moeda estrangeira	486.252	12.237	12.013	224
Mercadoria	170.575	5.555	1.354	4.201
Valor líquido	-	(5.473)	(754)	(4.719)
Futuros				
Compra	1.761.094	-	-	(50.025)
Risco de taxa de juros	1.521.232	-	-	(3.853)
Risco de moeda estrangeira	160.887	-	-	(46.137)
Mercadoria	78.975	-	-	(35)
Venda	4.299.976	-	-	53.069
Risco de taxa de juros	3.217.269	-	-	4.624
Risco de moeda estrangeira	851.732	-	-	48.480
Mercadoria	230.975	-	-	(35)
Valor líquido	-	-	-	3.044
Total a receber (pagar) e ganho (perda) de derivativos para negociação		184.907	81.015	106.936
Derivativos de hedge				
"Swap"				
"Hedge" de fluxo de caixa				
Posição ativa:	313.512	436.278	374.955	61.323
Risco de taxa de juros	121.172	135.143	132.893	2.250
Risco de moeda estrangeira	192.340	301.135	242.062	59.073
Fluxo de caixa				
Posição passiva:	313.512	435.214	382.488	52.726
Risco de taxa de juros	313.512	435.214	382.488	52.726
Valor líquido	-	1.064	(7.533)	8.597
Total a receber (pagar) e ganho (perda) de derivativos de hedge		1.064	(7.533)	8.597
Total a receber (pagar) e ganho (perda) de derivativos		185.971	73.482	115.533

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Derivativos para negociação	31/12/2011			
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de curva	Ganho (perda)
Derivativos para negociação				
"Swap"				
Risco de mercado				
Posição ativa:	3.361.674	3.668.486	3.558.486	110.000
Risco de taxa de juros	2.551.354	2.718.439	2.650.710	67.729
Risco de moeda estrangeira	692.150	810.262	769.158	41.104
Mercadoria	68.936	82.088	82.088	-
Renda variável	49.234	57.697	56.530	1.167
Posição passiva:	3.361.674	3.517.404	3.514.720	2.684
Risco de taxa de juros	2.253.571	2.344.982	2.346.322	(1.340)
Risco de moeda estrangeira	1.107.084	1.171.308	1.167.284	4.024
Mercadoria	1.019	1.114	1.114	-
Valor líquido	-	151.082	43.766	112.684
Contratos a termo				
Posição ativa:	1.911.012	2.017.793	2.072.136	(54.343)
Risco de taxa de juros	1.623.686	1.708.350	1.753.913	(45.563)
Risco de moeda estrangeira	287.326	309.443	318.223	(8.780)
Posição passiva:	1.911.012	1.969.639	1.996.274	(26.635)
Risco de moeda estrangeira	1.644.086	1.664.603	1.704.045	(39.442)
Mercadoria	266.926	305.036	292.229	12.807
Valor líquido	-	48.154	75.862	(27.708)
Opções				
Prêmios de opções a exercer:	116.737	12.070	8.192	3.878
Risco de moeda estrangeira	68.087	6.471	2.198	4.273
Mercadoria	48.650	5.599	5.994	(395)
Prêmios de opções lançadas:	301.316	11.762	15.815	(4.053)
Mercadoria	199.087	5.799	3.117	2.682
Renda variável	102.229	5.963	12.698	(6.735)
Total	-	308	(7.623)	7.931
Futuros				
Compra	1.064.871	-	-	(10.300)
Risco de taxa de juros	883.792	-	-	(741)
Risco de moeda estrangeira	35.974	-	-	(9.559)
Mercadoria	145.105	-	-	-
Venda	4.115.825	-	-	13.184
Risco de taxa de juros	3.154.424	-	-	1.776
Risco de moeda estrangeira	871.105	-	-	11.400
Mercadoria	90.296	-	-	8
Valor líquido	-	-	-	2.884
Valor líquido		199.544	112.005	95.791
Total a receber (pagar) e ganho (perda) de derivativos para negociação				
Derivativos de hedge				
"Swap"	378.378	513.066	455.213	57.853
"Hedge" de fluxo de caixa	176.755	203.048	200.945	2.103
Posição ativa:	201.623	310.018	254.268	55.750
Risco de moeda estrangeira	-	-	-	-
Fluxo de caixa	378.378	505.676	448.102	57.574
Posição passiva:	378.378	505.676	448.102	57.574
Risco de taxa de juros	-	7.390	7.111	279
Valor líquido	-	7.390	7.111	279
Total a receber (pagar) e ganho (perda) de derivativos de hedge				
		206.934	119.116	96.070
Total a receber (pagar) e ganho (perda) de derivativos				
		-	-	-

	31/03/2012						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa:							
"Swap"	532.206	443.089	30.250	163.111	522.808	2.614.678	4.306.142
Termo de moeda	483.547	280.942	383.123	471.349	397.074	349.319	2.365.354
Opções	2.050	2.153	1.057	2.238	3.300	1.521	12.319
Futuros	967.620	294.695	27.685	187.044	78.221	205.829	1.761.094
Posição passiva:							
"Swap"	512.128	441.973	29.484	147.246	509.155	2.476.377	4.116.363
Termo de moeda	480.143	278.964	381.370	481.082	395.538	346.592	2.363.689
Opções	1.337	1.487	1.318	3.516	9.142	992	17.792
Futuros	470.901	303.577	38.079	1.264.190	902.436	1.320.793	4.299.976

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

							31/12/2011
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Posição ativa:							
"Swap"	70.507	348.539	14.245	805.415	290.667	2.652.179	4.181.552
Termo de moeda	160.686	309.844	308.763	524.459	562.406	151.635	2.017.793
Opções	-	28	4.141	6.375	1.526	-	12.070
Futuros	364.469	362.163	84.804	119.907	-	133.528	1.064.871
Posição passiva:							
"Swap"	72.109	360.569	13.612	796.381	270.994	2.509.415	4.023.080
Termo de moeda	162.099	310.283	301.848	496.136	546.694	152.579	1.969.639
Opções	9	237	4.295	5.695	1.526	-	11.762
Futuros	985.334	23.437	24.087	89.189	1.850.687	1.143.091	4.115.825

f) Hedge Accounting
Objeto de hedge

O Banco realizou, no primeiro semestre de 2010, uma captação externa através de um programa de dívida subordinada, no valor de US\$ 125.000 com um custo de variação cambial + 8,75% a.a. Para proteger o Banco desta exposição em moeda estrangeira, foi utilizado um instrumento financeiro derivativo de troca de taxas, denominado "swap fluxo de caixa".

Instrumento de hedge

Para proteger o Banco desta exposição em moeda estrangeira, foram utilizados instrumentos financeiros derivativos de troca de taxas, em condições de prazo e pagamento de juros idênticas às da operação de captação, onde foram praticadas as taxas:

Ponta ativa - USD	Ponta passiva - R\$
Variação cambial + 13,1223%aa	145,25% do CDI
Variação cambial + 13,1223%aa	145,15% do CDI
Variação cambial + 13,0938%aa	148,75% do CDI
Variação cambial + 14,2315%aa	158,50% do CDI

Operação esta que foi contratada em condições idênticas às da operação de captação, se enquadrando como operação de *hedge* de fluxo de caixa.

Como teste de efetividade de *hedge* efetuou-se uma análise futura da variação da taxa de juros utilizada na marcação a mercado tanto da dívida subordinada quanto para os instrumentos (Swap e Pine 17 ativo) de *hedge* da mesma.

Para o teste de estresse utilizamos a seguinte metodologia:

Sensibilidade a taxa de juros x variação em pontos básicos à taxa de juros = valor do teste de estresse

Sendo:

Sensibilidade à taxa de juros: a variação do valor de mercado dos fluxos de caixa para uma variação na taxa de juros de 1 ponto básico;

Variação em pontos básicos à taxa de juros: variação em pontos básicos da taxa de juros utilizada para marcação a mercado dos fluxos de caixa. Para esta variação foi utilizado o cenário de estresse divulgado pela BM&FBovespa.

O percentual de efetividade dos resultados da dívida e do *hedge* é de 99% conforme tabela abaixo.

	31/03/2012
Resultado teste de estresse do objeto - Dívida subordinada	10.986
Resultado teste de estresse do instrumento - <i>Hedge</i> fluxo de caixa	(10.928)
Percentual de efetividade do Resultado de Estresse	99%

Objeto de hedge

O Banco Pine realizou, no 1º Trimestre de 2011, uma captação externa através de um programa de ABLoan junto ao Inter-American Investment Corporation, no valor de US\$ 106.000.000 com um custo de:

US\$ 91.000.000: variação cambial + Libor + 2,5 aa.

US\$ 15.000.000: variação cambial + Libor + 3,0 aa.

Instrumento de hedge

Para proteger o Banco desta exposição em moeda estrangeira, foram utilizados instrumentos financeiros derivativos de troca de taxas, em condições de prazo e pagamento de juros idênticas às da operação de captação, onde foram praticadas as taxas:

Ponta ativa - USD	Ponta passiva - R\$
Variação cambial + Libor + 2,5%aa	111,70% do CDI
Variação cambial + Libor + 3,0%aa	116,45% do CDI

Operação esta que foi contratada em condições idênticas às da operação de captação, se enquadrando como operação de *hedge* de fluxo de caixa.

Como teste de efetividade de *hedge* efetuou-se uma análise futura da variação da taxa de juros utilizada na marcação a mercado tanto da ABLoan quanto para os instrumentos de *hedge* da mesma.

Para o teste de estresse utilizamos a seguinte metodologia:

Sensibilidade a taxa de juros x variação em pontos básicos à taxa de juros = valor do teste de estresse

Sendo:

Sensibilidade à taxa de juros: a variação do valor de mercado dos fluxos de caixa para uma variação na taxa de juros de 1 ponto básico;

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Variação em pontos básicos à taxa de juros: variação em pontos básicos da taxa de juros utilizada para marcação a mercado dos fluxos de caixa. Para esta variação foi utilizado o cenário de estresse divulgado pela BM&FBovespa.

O percentual de efetividade dos resultados da dívida e do *hedge* é de 100% conforme tabela abaixo.

	31/03/2012
Resultado teste de estresse do objeto - Dívida subordinada	2.087
Resultado teste de estresse do instrumento - <i>Hedge</i> fluxo de caixa	(2.087)
Percentual de efetividade do Resultado de Estresse	100%

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 não houve a inefetividade no *hedge* accounting de fluxo de caixa.

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

a) Composição

	31/03/2012	31/12/2011
Empréstimos e recebíveis	5.113.548	4.880.918
Sendo:		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	5.234.282	5.010.114
Provisão para perdas por não recuperação (" <i>impairment</i> ")	(120.734)	(129.196)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	5.113.548	4.880.918

b) Tipo de crédito

	31/03/2012	31/12/2011
Capital de giro	2.715.875	2.626.169
Resolução nº 3.844 (antiga Resolução nº 2.770)	9.093	9.616
Conta corrente garantida	51.072	23.265
Repasses do BNDES/Finame	874.385	873.177
Crédito consignado	80.348	98.605
Financiamento em moeda estrangeira	275.320	217.859
Financiamentos a exportação	513.367	503.819
Títulos descontados e outros	-	65.653
CDC veículos	1.202	1.766
Compror	18.582	9.236
Devedores por compra de valores e bens	46.710	31.185
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	648.328	549.764
Subtotal	5.234.282	5.010.114
<i>Impairment</i>	(120.734)	(129.196)
Total	5.113.548	4.880.918

c) Por Setor

	31/03/2012	31/12/2011
Rural	16.371	5.103
Habituação	37.536	15.390
Indústria	1.254.132	1.117.889
Comércio	42.976	24.536
Intermediação financeira	17.451	21.779
Outros serviços	3.726.032	3.668.436
Pessoas físicas	139.784	156.981
Total	5.234.282	5.010.114

 d) Ativos não recuperáveis - "*Impairment*"

	31/03/2012	31/12/2011
Empréstimos e recebíveis		
Operações com evidência de <i>impairment</i> - individualmente significativos		
Saldo bruto	160.581	166.210
Provisão para <i>impairment</i>	(118.570)	(126.607)
Saldo contábil	42.011	39.603
Operações com análise de <i>impairment</i> coletivo - Varejo		
Saldo bruto	63.805	78.222
Provisão para <i>impairment</i>	(2.164)	(2.589)
Saldo contábil	61.641	75.633
Saldo contábil - custo amortizado	224.386	244.432

Os juros apropriados e não pagos das operações evidenciadas com *impairment* foram estornados da carteira no montante de R\$16.091 (R\$19.558 em 31 de dezembro de 2011).

e) Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e adiantamentos a clientes" e considerados como não recuperáveis devido a risco de crédito são os seguintes:

	31/03/2012	31/03/2011
Saldo inicial	129.196	101.131
Adições/reversões líquidas	(5.997)	10.251
Ativos baixados	(2.565)	(6.657)
Variação cambial	100	-
Saldo final	120.734	104.725

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

f) Cessões de crédito

No período findo em 31 de março de 2012, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação no montante de R\$55.490 para empresas não ligadas ao Banco. Essas cessões resultaram em prejuízo de R\$38.779 (lucro de R\$406 em 31 de março de 2011) em relação ao valor de face. Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras despesas operacionais" (Nota 34).

g) Recuperação de crédito

No período findo em 31 de março de 2012, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$1.206 (R\$3.755 em 31 de março de 2011).

h) Renegociação de contratos

Em 31 de março de 2012 existiam contratos renegociados no valor de R\$18.467 (R\$17.935 em 31 de dezembro de 2011). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações renegociadas.

10. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/03/2012	31/12/2011
Bens Não de Uso	43.979	58.017
Total	43.979	58.017

11. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 31 de março de 2012, referem-se a depósitos por interposição fiscal, representados basicamente por depósitos sobre impostos da PIS e Cofins no valor de R\$187.740 (R\$182.909 em 31 de dezembro de 2011).

12. OUTROS ATIVOS

	31/12/2012	31/12/2011
Reservas no Banco Central do Brasil	1.971	12.677
Adiantamentos	4.400	4.066
Aquisição de crédito	18.550	3.313
Comissões sobre avais e fianças	40.884	36.246
Transações em andamento	102.401	82.539
Outros recebíveis	17.106	9.367
Total	185.312	148.208

13. IMOBILIZADO DE USO

Os detalhes, por categoria de ativo, dos imobilizados de uso nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	31/03/2012		
	Custo	depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	10.436	(7.698)	2.738
Móveis e equipamentos de uso	2.863	(1.318)	1.545
Sistema de comunicação	1.611	(756)	855
Sistemas de processamento de dados	1.052	(960)	92
Sistemas de segurança	41	(22)	19
Sistemas de transporte	1.915	(422)	1.493
Saldos em 31 de março de 2012	17.918	(11.176)	6.742

	31/12/2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Instalações	10.446	(7.221)	3.225
Móveis e equipamentos de uso	3.599	(1.763)	1.836
Sistema de comunicação	1.868	(923)	945
Sistemas de processamento de dados	1.074	(972)	102
Sistemas de segurança	147	(119)	28
Sistemas de transporte	1.812	(477)	1.335
Saldos em 31 de dezembro de 2011	18.946	(11.475)	7.471

As variações na rubrica "Imobilizado de uso" nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

	31/03/2012	31/12/2011
Custo:		
Saldo inicial	18.946	18.016
Adições	521	1.247
Baixas	(1.549)	(317)
Saldo final	17.918	18.946
Depreciação acumulada:		
Saldo inicial	(11.475)	(8.787)
Baixas	992	101
Depreciação	(693)	(2.789)
Saldo final	(11.176)	(11.475)
Imobilizado de uso líquido	6.742	7.471

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

14. ATIVO INTANGÍVEL

	31/03/2012			31/12/2011		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Licença de uso de sistemas - software	10.022	(7.345)	2.677	9.537	(7.062)	2.475
Total	10.022	(7.345)	2.677	9.537	(7.062)	2.475

15. DEPOSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	31/03/2012	31/12/2011
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	160.611	105.885
Total	160.611	105.885

Por vencimento

	31/03/2012	31/12/2011
Até 30 dias	20.796	24.059
De 31 a 60 dias	28.818	36.553
De 61 a 90 dias	13.404	8.542
De 91 a 180 dias	34.110	25.034
De 181 a 360 dias	35.063	3.639
Acima de 360 dias	28.420	8.058
Total	160.611	105.885

16. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	31/03/2012	31/12/2011
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	3.651.584	3.711.282
Total	3.651.584	3.711.282

Tipo:

Depósitos à vista	31.282	111.826
Depósitos a prazo	3.209.566	3.265.818
Letras de crédito de agronegócio	367.905	307.055
Letras de crédito imobiliário	16.790	3.581
Letras Financeiras	26.041	23.002
Total	3.651.584	3.711.282

Por vencimento

	31/03/2012	31/12/2011
Sem vencimento	31.282	111.826
Até 30 dias	517.719	542.453
De 31 a 60 dias	192.313	176.038
De 61 a 90 dias	191.959	311.313
De 91 a 180 dias	595.861	454.125
De 181 a 360 dias	426.428	420.534
Acima de 360 dias	1.696.022	1.694.993
Total	3.651.584	3.711.282

17. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	31/03/2012	31/12/2011
Letras do tesouro nacional - LTN	2.230.048	2.565.657
Notas do tesouro nacional - NTN	150.018	593.961
Debêntures	22.314	30.798
Total	2.402.380	3.190.416

18. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS NO EXTERIOR

"Fixed Rates Notes"	Moeda de Emissão	Taxa de juros	Vencimento Final	31/03/2012	31/12/2011
6.818	US\$	2,8% a.a + Libor	Jun/2014	12.368	12.612
12.000	US\$	2,6% a.a + Libor	Nov/2014	22.031	22.505
16.439	US\$	2,8% a.a + Libor	Out/2013	29.679	34.914
1.044	US\$	8,8% a.a + Libor	Jan/2017	1.942	2.042
72.667	US\$	3,8% a.a + Libor	Jan/2014	133.577	199.685
25.000	US\$	4,8% a.a + Libor	Abr/2022	45.774	46.457
Total				245.371	318.215

19. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	31/03/2012					Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	
Empréstimos no país - outras instituições	1.995	-	-	235.213	-	237.208
Repasses do país - instituições oficiais ⁽¹⁾	87.609	200.111	348.576	137.722	93.651	867.669
Operações de repasses do exterior	765	5.869	9.111	54.645	-	70.390
Operações de empréstimos do exterior	362.076	532.296	34	-	-	894.406
Total	452.445	738.276	357.721	427.580	93.651	2.069.673

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

						31/12/2011
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Empréstimos no país - outras instituições	-	2.012	-	228.292	-	230.304
Repasse do país - instituições oficiais	75.854	223.746	327.930	137.586	102.145	867.261
Operações de repasses do exterior	985	139	9.379	56.253	-	66.756
Operações de empréstimos do exterior	481.430	451.448	-	3.958	-	936.836
Total	558.269	677.345	337.309	426.089	102.145	2.101.157

(1) Em 31 de março de 2012, R\$ 235.213 refere-se ao valor das cotas seniores do FIDC (R\$228.292 em 31 de dezembro de 2011).

20. OBRIGAÇÃO POR OPERAÇÕES DE VENDA OU DE TRANSFERÊNCIA DE ATIVOS FINANCEIROS

	31/03/2012		31/12/2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Cessões de crédito - empréstimos	1.546	1.562	2.066	2.181
Cessões de crédito - varejo	45.478	50.515	56.373	63.214
Total	47.024	52.077	58.439	65.395

Em 31 de março de 2012 não houve operações cedidas ao FIDC Pine Crédito Privado, entidade consolidada (R\$303.651 em 31 de dezembro de 2011). Para essas operações, os riscos e benefícios retidos limitavam-se ao montante de cotas subordinadas detidas pelo Banco Pine, no valor de R\$110.296 (R\$105.214 em 31 de dezembro de 2011). As demais operações são cessões com coobrigação, portanto, com retenção do risco e benefícios.

21. DÍVIDA SUBORDINADA

Os detalhes do saldo da rubrica "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

	Emissão	Vencimento	Valor	Taxa de juros	31/03/2012	31/12/2011
"Fixed Rate Notes"	Pública	06/01/2017	US\$125.000	8,75% a.a	227.225	239.634
"Fixed Rate Notes"	Privada	29/12/2016	US\$15.000	9,33% a.a	27.160	27.956
Letras Financeiras	Privada	21/08/2017	R\$28.652	122,9% a.a - CDI	30.208	30.141
Total					284.593	297.731

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	31/03/2012	31/12/2011
Receita antecipada	59.790	53.391
Total	59.790	53.391

23. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões:

	31/03/2012	31/12/2011
Contingências trabalhistas	7.510	7.124
Contingências cíveis	16.026	16.025
Contingências fiscais	31.766	29.574
Provisão fiança	-	15.178
Provisão FIDC	2.197	-
Provisão para despesas de pessoal	28.305	39.214
Total	85.804	107.115

b) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

i) Provisão para riscos fiscais

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

PIS: Totalizam R\$28.669 (R\$27.201 em 31 de dezembro de 2011): o Banco e a Pine Investimentos, interpuseram medida judicial com vistas a afastar a redação do artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em inúmeras decisões recentes do Supremo Tribunal Federal, eram tributadas apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. O mandado de segurança interposto pelo Banco Pine teve sentença parcialmente procedente e a apelação interposta pela União foi improvida. Aguardando o juízo de admissibilidade dos Recursos Especial e Extraordinário Interpostos pela União.

Cofins: Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal - STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da Cofins, a partir de fevereiro de 1999, ampliando o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da Cofins foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior. O Banco obteve êxito no mandato de segurança impetrado em face da União Federal, através da qual postulou a repetição do indébito por meio de compensação, do valor recolhido indevidamente a título de Cofins.

Em face da decisão de 21 de maio de 2010 que não admitiu os dois recursos extraordinários interpostos pela União Federal, foi interposto agravo de instrumento contra despacho denegatório de recurso extraordinário. Remetido ao Supremo Tribunal Federal, o Excelentíssimo Senhor Doutor Presidente do Supremo Tribunal Federal determinou a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com fundamento no art. 543-B do Código de Processo Civil, tendo em vista a análise da Repercussão Geral já procedida no RE nº 585.235. Em razão dessa decisão, em 18 de maio de 2011, foi negado seguimento ao agravo de despacho denegatório interposto pela União Federal que opôs embargos de declaração em face da supracitada decisão, sustentando haver erro material em relação ao recurso paradigma indicado, apontando como correto o RE nº 609.096. Os Embargos foram rejeitados. Ainda em face dessa decisão, foi interposto agravo regimental, com a mesma finalidade. O Doutor Desembargador Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região recebeu o agravo regimental como pedido de reconsideração e manteve a decisão recorrida. Intimada dessa decisão, a União permaneceu inerte. O trânsito em julgado ocorreu em 21 de outubro de 2011 e foi certificado em 08 de novembro de 2011.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Suportado na opinião de seus assessores jurídicos e dos patronos da causa, segundo os quais a questão encontra-se pacificada no STF e não há mais qualquer recurso cabível a ser interposto pela Fazenda Nacional, o Banco efetuou a reversão da correspondente provisão para contingências, referente ao período de maio de 2005 até outubro de 2011, considerando que não mais se trata de uma obrigação legal e que não é provável a perda, o que representou o reconhecimento de uma receita líquida no total de R\$151.357, no segundo semestre de 2011 a qual foi contabilizada na linha de "Outras receitas operacionais" e na linha de "Despesas tributárias".

Nesse contexto, o Banco irá protocolar pedido de habilitação de créditos junto a Receita Federal do Brasil (RFB), dos valores da cofins recolhidos a maior no período de junho de 2000 a abril de 2005, no valor histórico de R\$15.872, que atualizados pela selic até 31 de março de 2012, totalizam R\$33.970 (R\$33.565 em 31 de dezembro de 2011). Tendo em vista a decisão transitada em julgado e com fundamento nesse procedimento administrativo junto à RFB, foi reconhecido o correspondente crédito tributário registrado em "Outros crédito - Imposto a recuperar", em contra partida à rubrica "Outras receitas operacionais".

Os valores de obrigações legais e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

	31/03/2012			31/12/2011		
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
PIS	26.831	28.593	(1.762)	27.201	27.071	130
Cofins	-	154.711	(154.711)	-	151.573	(151.573)
Total	26.831	183.304	(156.473)	27.201	178.644	(151.443)

ii) Contingências classificadas como prováveis são regularmente provisionadas e, em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 totalizam:

	31/03/2012			31/12/2011		
	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido	Provisão	Depósitos judiciais	Líquido
Contingências Fiscais	4.935	1.676	3.259	2.373	1.917	456
Contingências Trabalhistas	7.510	986	6.524	7.124	746	6.378
Contingências Cíveis	16.026	1.774	14.252	16.026	1.602	14.424
Total	28.471	4.436	24.035	25.523	4.265	21.258

iii) Movimentação das provisões passivas

	31/03/2012			31/12/2011		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo inicial	29.574	7.124	16.025	167.015	5.788	5.238
Constituição (reversão)	1.622	204	(208)	(150.648)	1.132	10.426
Atualização	570	182	209	13.207	204	361
Saldo final	31.766	7.510	16.026	29.574	7.124	16.025

iv) Segue as principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 o Banco não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 31 de março de 2012 o Banco não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

24. PASSIVOS FISCAIS

	31/03/2012	31/12/2011
Imposto de renda a pagar	1.693	3.513
Contribuição social a pagar	835	2.055
Total	2.528	5.568

25. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	31/03/2012	31/12/2011
Impostos e contribuições a pagar	7.710	6.727
Dividendos e bonificações a pagar	8.819	11.160
Honorários advocatícios	8.820	11.841
Transações em andamento	71.270	13.643
Outros	12.136	7.977
Total	108.755	51.348

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social está dividido em 98.852.774 (84.034.266 em 31 de dezembro de 2011) ações nominativas, sendo 51.886.766 (45.443.872 em 31 de dezembro de 2011) ordinárias e 46.966.008 (38.590.394 em 31 de dezembro de 2011) preferenciais sem valor nominal.

Conforme deliberação tomada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 08 de setembro de 2011 e 25 de outubro de 2011, foi aprovado a proposta de aumento do capital social do Banco, dentro do limite do capital autorizado, nos termos do artigo 6º do Estatuto Social do Banco, no valor de, no mínimo, R\$43.749 e, no máximo, R\$117.485, mediante a emissão de, no mínimo, 2.543.604 (dois milhões, quinhentas e quarenta e três mil, seiscentas e quatro) e, no máximo, 6.830.541 (seis milhões, oitocentas e trinta mil, quinhentas e quarenta e uma) novas ações preferenciais de emissão do Banco, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O DEG – Deutsche Investitions – und Entwicklungsgesellschaft MbH subscreveu 2.543.604 (dois milhões, quinhentas e quarenta e três mil, seiscentas e quatro) ações preferenciais de emissão do Banco, no valor total de R\$ 43.749 ("Subscrição Mínima"), em decorrência da cessão do direito de preferência na subscrição pelo acionista controlador do Banco em favor do DEG, sendo que os recursos obtidos com referido investimento serão utilizados no crescimento das atividades do Banco. No dia 27 de setembro de 2011 o Banco protocolou a solicitação de aprovação do Banco Central do Brasil da proposta do aumento de capital. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 06 de janeiro de 2012 passando a ser registrado na rubrica de "Capital Social".

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Foi concedido a todos os acionistas que constavam da posição acionária do Banco na data de 08 de setembro de 2011 o prazo de 30 (trinta) dias para o exercício do direito de preferência, iniciando-se em 09 de setembro de 2011 e terminando em 10 de outubro de 2011, inclusive. Foram subscritas 138 (cento e trinta e oito) ações preferenciais de emissão do Banco, no valor total de R\$3. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 06 de janeiro de 2012 passando a ser registrado na rubrica de "Capital Social".

Conforme assembleia geral extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2011, foi deliberado: a) o aumento de Capital Social de R\$466.358 para R\$ 666.358, sem emissão de novas ações, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva de Ágios por Subscrição de Ações, no montante de R\$ 200.000; b) o aumento de capital social, agora para R\$ 796.048, mediante a incorporação de parte do saldo da Reserva Legal no montante de R\$16.810 e, parte do saldo das Reservas Estatutárias no montante de R\$112.880, com a emissão de 12.274.766 (doze milhões e duzentas e setenta e quatro mil e setecentas e sessenta e seis) novas ações nominativas, sendo 6.442.894 (seis milhões e quatrocentas e quarenta e duas mil e oitocentas e noventa e quatro) ordinárias e 5.831.872 (cinco milhões e oitocentas e trinta e uma mil e oitocentas e setenta e duas) preferenciais, as quais serão distribuídas aos acionistas a título de bonificação, observada a proporção de 14,17769510243 novas ações bonificadas para cada lote de 100 ações possuídas. Com a emissão das novas ações, a quantidade total de ações passou de 86.578.008 (oitenta e seis milhões e quatrocentas e setenta e oito mil e oito) ações nominativas para 98.852.774 (noventa e oito milhões, oitocentas e cinquenta e duas mil, setecentas e setenta e quatro) ações nominativas, sendo 51.886.766 (cinquenta e um milhões, oitocentas e oitenta e seis mil, setecentas e sessenta e seis) ordinárias e 46.966.008 (quarenta e seis milhões, novecentos e sessenta e seis mil e oito) preferenciais. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central em 09 de fevereiro de 2012 passando a ser registrado na rubrica de "Capital Social".

b) Reservas de Capital

As reservas de capital, nos termos da Lei 11.638/07, somente poderão ser utilizadas para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) incorporação ao capital social; (iii) cancelamento de ações em tesouraria; e (iv) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reservas de Lucros

A conta de reservas de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Banco, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei 11.638/07 e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O Banco constituiu reserva estatutária de 100% do lucro líquido, no montante R\$40.811, após a dedução de 5% da reserva legal de R\$2.328, da dedução de pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$14.895 e dividendos no montante de R\$105, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

d) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No trimestre findo em 31 de março de 2012 foram provisionados e pagos dividendos no valor de R\$105 – R\$0,0011 por ação, por conta do resultado do período.

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da TJLP vigente no período, o que resultou na disponibilização aos acionistas o montante de R\$14.895 - R\$0,1507 sendo R\$12.661 já deduzido o imposto de renda na fonte – R\$0,1281 por ação. Esses juros sobre o capital próprio reduziram o encargo de imposto de renda e contribuição social no período findo em 31 de março de 2012 em R\$5.958.

Conforme Carta Circular 3.516 de 21 de julho de 2011, os dividendos adicionais propostos ao dividendo mínimo no valor de R\$3.947 encontra-se classificado em conta destacada do patrimônio líquido.

27. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

	31/03/2012	31/12/2011
Ativos financeiros disponíveis para venda	390	(2.478)
Hedges fluxo de caixa	6.085	(102)
Outros	69	69
Imposto de renda	(2.590)	1.032
Total	3.954	(1.479)

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são demonstrados no resultado.

No período findo em 31 de março de 2012, o banco vendeu títulos classificados como disponíveis para venda. Esta operação resultou num lucro no montante de R\$ 11.524 (prejuízo de R\$83 em 31 de março de 2011) transferidos para o resultado.

28. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

	31/03/2012	31/03/2011
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	112	1.432
Instrumentos de dívida disponíveis para venda	44.455	15.698
Empréstimos e adiantamentos a clientes	163.054	144.952
Total	207.621	162.082

29. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	31/03/2012	31/03/2011
Depósitos de instituições financeiras	3.739	6.700
Depósitos de clientes	99.903	83.437
Captações no mercado aberto	451	988
Obrigações por empréstimos e repasses	23.178	14.379
Obrigações por títulos e valores mobiliários	2.592	2.310
Dívidas subordinadas	4.217	(806)
Outros juros	6.605	16.987
Total	140.685	123.995

30. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LIQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Classificação

	31/03/2012	31/03/2011
Ativos financeiros para negociação	50.353	57.696
Total	50.353	57.696

b) Ativos financeiros para negociação – Derivativos

	31/03/2012	31/03/2011
Futuro	(75)	21.288
Opções	151	(9.387)
Swap	46.351	40.868
Termo	(38.801)	(15.437)
Total	7.626	37.332

31. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Receitas de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no período, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	31/03/2012	31/03/2011
Comissão de Fiança	6.800	2.899
Comissão de estruturação	14.337	-
Outras	2.376	624
Total	23.513	3.523

32. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica "Despesas de tarifas e comissões" mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no período, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	31/03/2012	31/03/2011
Comissões	328	305
Serviços bancários	204	221
Teleprocessamento	536	475
Outros	238	232
Total	1.306	1.233

33. VARIAÇÕES CAMBIAIS (LÍQUIDAS)

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

34. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/03/2012	31/03/2011
Recuperação de despesas Cofins ⁽¹⁾	405	-
Recuperação de despesas	114	3.470
Resultado na venda de operação de crédito	(38.078)	993
Total	(37.559)	4.463

⁽¹⁾ Valor referente ao ganho da causa do Cofins detalhado na nota 24.b)

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

35. DESPESAS COM PESSOAL

	31/03/2012	31/03/2011
Proventos	14.536	10.140
Benefícios, treinamento	2.081	1.401
Encargos sociais	5.250	3.698
Participações nos resultados	13.947	7.324
Total	35.814	22.563

36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/03/2012	31/03/2011
Despesas de água, energia e gás	104	97
Despesas com aluguéis	1.942	1.468
Despesas de arrendamento de bens	792	755
Despesas de comunicações	938	579
Despesas de manutenção e conservação de bens	374	255
Despesas de material	42	68
Despesas de processamento de dados	2.292	1.937
Despesas de promoções e relações públicas	476	153
Despesas de propaganda e publicidade	472	217
Despesas de publicações	446	25
Despesas de seguros	44	427
Despesas com serviços do sistema financeiro	939	828
Despesas com serviços de terceiros	1.734	1.325
Despesas com serviços de vigilância e segurança	517	428
Despesas com serviços técnicos especializados	2.481	3.187
Despesas de transporte	480	297
Despesas de viagens	547	429
Outras despesas administrativas	2.683	4.617
Total	17.303	17.092

37. PROVISÕES LÍQUIDAS

	31/03/2012	31/03/2011
Atualização monetária ativa	3.715	3.338
Varição monetária passiva	96	(3.641)
Provisão de processos cíveis e trabalhistas	(1.330)	(534)
Reversão provisão fiança ⁽¹⁾	15.178	-
Outros	(2.054)	487
Total	15.605	(350)

⁽¹⁾ Refere-se a reversão da provisão relativa a créditos alienados, cujo resultado está classificado em outras despesas operacionais (nota 34)

38. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

O resultado de alienação de bens do Banco corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

39. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	31/03/2012	31/03/2011
Lucro antes da tributação, líquido da participação no resultado	84.550	46.771
Juros sobre o capital próprio	(14.895)	(12.724)
Lucro antes da tributação	69.655	34.047
Alíquota (25% de imposto de renda e 15% de contribuição social)	40%	40%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(20.143)	(11.963)
Diferenças temporárias	10.779	1.091
Efeitos do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias	(18.589)	1.877
Outros ajustes	1.542	(3.843)
Imposto de renda e contribuição social	(26.411)	(12.837)
Sendo:		
Impostos correntes	(7.822)	(14.714)
Impostos diferidos	(18.589)	1.877
Despesa contabilizada	(26.411)	(12.837)

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

	31/03/2012	31/03/2011
Lucro antes da tributação	84.550	46.771
Imposto de renda e contribuição social	26.411	12.837
Alíquota efetiva	31,24%	27,45%

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

c) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	31/03/2012	31/03/2011
<i>Impairment</i>	72.483	44.386
Perdas em operações de crédito ainda não deduzidas	19.986	60.690
Provisão para riscos fiscais e passivos contingentes	21.270	59.881
Provisão para participações nos lucros	8.609	-
Outros ajustes de IFRS	(14.941)	11.595
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos	(36.150)	(44.895)
Outros ajustes	(2.264)	597
Total	68.993	132.254

d) Imposto reconhecido no patrimônio

	31/03/2012	31/03/2011
Avaliação de títulos (renda fixa) disponíveis para venda	(156)	1.797
Avaliação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(2.122)	6.967
Total	(2.278)	8.764

e) Movimentação impostos diferidos

	31/03/2012	31/03/2011
Saldo inicial	88.238	134.664
Débito (crédito) ao resultado	(18.589)	1.876
Débito (crédito) no patrimônio líquido	(2.934)	4.478
Saldo final	66.715	141.018

f) Prazo de realização

	31/03/2012	31/03/2011
Até 1 ano		60.585
De 1 a 2 anos		7.613
De 2 a 3 anos		933
De 3 a 4 anos		(5.794)
De 4 a 5 anos		(7.612)
De 5 a 10 anos		10.990
Total		66.715

40. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco contribui mensalmente para empresa de previdência privada nos planos VGBL e PGBL, conforme opção do participante, o equivalente a 1% do salário bruto do funcionário, desde que o mesmo contribua no mínimo com 1% do seu salário bruto, com o objetivo de complementar os benefícios de previdência social em um plano de contribuição definida, sendo esta a única responsabilidade do Banco como patrocinador.

No período findo em 31 de março de 2012, o montante dessa contribuição foi de R\$81 (R\$59 em 31 de março de 2011).

41. PROGRAMA DE PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E RESULTADOS

O Banco Pine possui um programa próprio de participação nos lucros e resultados atrelados e homologados pelo PPLR do Sindicato dos Bancários, conforme definido no Estatuto Social do Banco.

As premissas gerais deste programa consistem em: (a) Performance das unidades de negócios; (b) Formação de fundo para distribuição em todos os níveis da organização; e (c) Avaliação de competências e cumprimento de metas nas áreas de apoio. Essas despesas foram registradas na rubrica de "Despesas de pessoal".

42. LIMITES OPERACIONAIS
a) Índice da Basileia

O Banco, em 31 de março de 2012, atingiu o índice de 16,43% (18,48% em 31 de dezembro de 2011), calculado a partir das informações financeiras consolidadas em BRGAAP, como requerido pelo Banco Central do Brasil:

	31/03/2012	31/12/2011
Patrimônio de referência - PR	1.262.307	1.313.674
Nível I	1.025.413	1.016.629
Patrimônio líquido em BRGAAP	1.029.298	1.015.081
Ajustes de marcação a mercado	(3.885)	1.548
Nível II	236.894	297.045
Dívida Subordinada	233.009	298.593
Ajustes de marcação a mercado	3.885	(1.548)
Patrimônio de referência exigido - PRE	845.244	781.922
Risco de Crédito	794.055	760.492
Risco de mercado	44.898	11.749
Risco Operacional	6.291	9.681
Excesso de PR	417.063	531.752
Índice da Basileia - %	16,43%	18,48%

O Banco Pine, de acordo com a Circular 3.477/09, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de referência exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico www.pine.com.br/ri.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

b) Índice de Imobilização

De acordo com a Resolução nº 2.286/96 do Bacen, o limite de imobilização permitido é de 50,0%. Em 31 de março de 2012, o índice de imobilização foi de 7,59%.

43. GARANTIAS PRESTADAS

O Banco oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

	31/03/2012	31/12/2011
Garantias prestadas a Instituições Financeiras	54.821	59.571
Garantias prestadas a pessoas físicas e jurídicas	1.629.319	1.627.794
Cartas de crédito	96.970	14.220
Total	1.781.110	1.701.585

São fornecidos aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

44. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	31/03/2012	31/03/2011
Remuneração fixa	1.940	1.262
Remuneração variável	11.036	4.885
Outros	485	210
Total	13.461	6.357

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria não dá direito a nenhuma compensação financeira. No caso da rescisão do contrato pelo Banco o executivo pode receber uma indenização. No período findo em 31 de março de 2012 houve pagamento no montante de R\$814 aos executivos que saíram a título de compensação. Não houve pagamento no período findo em 31 de dezembro de 2011.

b) Partes relacionadas

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/03/2012	31/12/2011	31/03/2012	31/03/2011
Títulos e valores mobiliários	110.296	105.214	-	-
Pine Crédito Privado - FIDC	110.296	105.214	-	-
Depósitos à vista	123	649	-	-
Pine Investimentos	68	546	-	-
Pine Comercializadora Energia Elétrica	13	40	-	-
Pine Corretora	3	1	-	-
Pine Assessoria	12	1	-	-
Administradores e familiares imediatos	27	61	-	-
Depósitos interfinanceiros	14.588	20.504	(510)	(744)
Pine Investimentos	14.588	20.504	(510)	(744)
Depósitos à prazo	124.303	108.528	(2.732)	(362)
Pine Investimentos	16.762	14.145	(368)	-
Pine Comercializadora Energia Elétrica	81.287	81.293	(2.142)	(222)
Pine Corretora	713	750	(19)	-
Pine Assessoria	10.305	2.001	(91)	-
Administradores e familiares imediatos	15.236	10.339	(112)	(140)

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, dos acionistas com mais de cinco por cento do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	Ações				31/03/2012	
	Ordinárias	Ordinárias(%)	Preferenciais	Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	51.886.766	100,00	15.595.863	33,20	67.482.629	68,26
Conselho de Administração	-	-	3.007.439	6,28	3.007.439	2,98
Administradores	-	-	2.083.458	1,06	2.083.458	0,51
Total	51.886.766	100,00	20.686.760	40,54	72.573.526	71,75

Acionistas	Ações				31/12/2011	
	Ordinárias	Ordinárias(%)	Preferenciais	Preferenciais (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Pessoa Física	45.443.872	100,00	14.370.556	37,23	59.814.428	71,18
Conselho de Administração	-	-	2.150.452	5,57	2.150.452	2,56
Administradores	-	-	602.994	1,56	602.994	0,72
Total	45.443.872	100	17.124.002	44,36	62.567.874	74,46

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

45. OUTRAS DIVULGAÇÕES
a) Seguros

O Banco adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus Consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 31 de março de 2012 é assim demonstrada:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	20.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 11 veículos	1.874
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	12.000
Seguro global de banco	Valores em espécie	300
Seguro aeronave	Garantias por parte do avião	339.560

46. GERENCIAMENTOS DE RISCOS
a) Introdução e visão geral

O Banco Pine está exposto aos riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros tendo mensuração e monitoramento contínuo e possui uma estrutura de análise composta por diretoria, conselho e comitê que atuam nos seguintes riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Riscos de mercado
- Riscos operacionais

Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de administração é o órgão responsável pela identificação e controle de riscos, porém, existem outros órgãos independentes que são responsáveis pela administração e monitoramento dos riscos.

b) Risco de crédito
Definição

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco. O gerenciamento de risco de crédito busca fornecer subsídios à definição de estratégias, além do estabelecimento de limites, abrangendo análise de exposições e tendências, bem como a eficácia da política de crédito.

Mensuração do risco de crédito
Empréstimos a clientes e a instituições financeiras

O Banco leva em consideração dois componentes para aferir o risco de crédito: a probabilidade de inadimplência do cliente ou contraparte (PD) e o potencial de recuperação de créditos inadimplentes (LGD). A avaliação dessas componentes de risco faz parte do processo de concessão de crédito e da gestão da carteira.

A classificação de crédito dos clientes e grupos econômicos reflete sua probabilidade de inadimplência, e constitui elemento fundamental no processo de mensuração do risco, pois é com base nela que os limites de crédito são calculados.

A classificação de crédito no segmento de atacado baseia-se em informações tais como a situação econômico-financeira do proponente, sua capacidade de geração de caixa, o grupo de crédito a que pertence, a situação atual e as perspectivas do setor de atividade econômica em que atua, as garantias oferecidas e a destinação do crédito.

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, são utilizados como mitigadores e redução de percentual de *Impairment* a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de *Impairment*.

Cálculo do *Impairment* para operações evidenciadas

Ao menos uma obrigação do tomador perante a instituição financeira está em atraso há mais de noventa dias.

E: Exposição da Operação Evidenciada como *Impairment* na data base do balanço.

PD: Probabilidade de Descumprimento, que corresponde à expectativa de longo prazo das taxas de descumprimento para o horizonte temporal de um ano do tomador.

LGD: Perda dado o Descumprimento, que corresponde a perda econômica decorrente do descumprimento, considerados todos os fatores relevantes associados à cobrança da obrigação.

Gerenciamento do risco de crédito
Atribuições:

- Formular Políticas de Crédito em conjunto com todas as unidades do Banco, incluindo exigências de garantia, avaliação de crédito, classificação de risco e apresentação de relatórios, procedimentos legais e documentais, assim como cumprimento com exigências normativas e estatutárias.
- Estabelecer a estrutura para aprovação e renovação de linhas de Crédito. Os limites são definidos e aprovados pelo Comitê de Crédito.
- Revisar e avaliar o risco de Crédito. A Área de Crédito avalia toda a exposição de crédito em excesso aos limites estabelecidos, antes que as linhas de crédito sejam liberadas para os clientes pela unidade de negócios em questão. As renovações e revisões das linhas de crédito estão sujeitas ao mesmo processo de revisão.
- Limitar concentrações de exposição por contrapartes, áreas geográficas e setores da economia e por faixas de classificação de crédito, liquidez de mercado e país.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

- Desenvolver e manter a classificação de risco do Banco para categorizar as exposições de acordo com o grau de risco de perda financeira enfrentada e focar o gerenciamento nos riscos inerentes. O sistema de classificação de risco é usado para determinar exposições de crédito. A estrutura de classificação de risco atual inclui graus de risco de crédito e a disponibilidade de garantias ou outra ferramenta para mitigar o risco de crédito.
- Oferecer aconselhamento, orientação e técnicas especializadas para promover as melhores práticas, por todo o Banco, no gerenciamento do risco de crédito.

Política de crédito

Contém todas as diretrizes e recomendações adotadas pelo Banco a fim de aplicar e monitorar a concessão de crédito. Estabelece regras para:

- Conceder crédito a Pessoas Jurídicas, Instituições Financeiras, Negócios de Tesouraria e Pessoas Físicas, bem como o monitoramento de seu desempenho, com características normativas, apresentando restrições a determinadas práticas e concentrando-se na determinação de regras mínimas, que norteiam a atividade;
- Fornecer os roteiros básicos a todos os elementos que dão suporte às operações executadas, constituindo-se em responsabilidade generalizada a total familiaridade dos profissionais e executivos envolvidos com todas as regras estabelecidas, bem como a sua absoluta observância e a manutenção dentro dos padrões exigidos.

Como política geral, esta é flexível e as sugestões para seu aperfeiçoamento são estimuladas, devendo ser encaminhadas à Diretoria de Riscos e Crédito e à Área de Compliance, para que sejam devidamente analisadas e submetidas ao Comitê de Crédito.

A Política de Crédito do Banco Pine é pautada pela classificação do risco do cliente e do risco da operação denominados "Rating Cliente" e "Rating Operação".

A metodologia utilizada para a classificação é pautada em modelo desenvolvido internamente, contendo critérios técnicos consistentes de avaliação objetiva com base nos dados econômico-financeiros da empresa e comportamento cadastral, além de ponderar aspectos subjetivos inerentes à operação do cliente não mensuráveis nestes tópicos.

Os critérios foram desenvolvidos, testados e aplicados pela Diretoria de Riscos e Crédito em todos os clientes ativos do Banco na implantação da Política de Crédito.

A avaliação do risco de crédito para derivativos é baseada na avaliação do risco fracionário, sendo este o potencial de ajuste futuro que a operação pode gerar. O risco fracionário é calculado com base nas volatilidades dos preços e taxas de mercado dos derivativos em carteira.

O conceito de aprovação de crédito sempre será "risco total", incluindo as operações em ser, mais os riscos ora sendo proposto.

Todos os créditos deverão ser analisados com base na capacidade de pagamento dos clientes, bem como nas garantias fornecidas.

O risco soberano dos títulos públicos do governo brasileiro é considerado isento de risco de crédito.

Os títulos privados são analisados conforme as demais operações de crédito da instituição.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31/03/2012	31/12/2011
Equivalentes de caixa	82.113	231.724
Instrumentos de dívida	3.736.876	4.242.983
Derivativos	298.148	299.012
Empréstimos e recebíveis	5.320.925	5.280.427
Instrumentos de <i>hedge</i>	10.443	21.320
Garantias prestadas	1.781.110	1.701.585

Qualidade de crédito

A tabela abaixo apresenta a segregação de operações de crédito, considerando: créditos ainda não vencidos e créditos vencidos com ou sem *impairment*:

Classificação Interna (Rating 2682)	31/03/2012				Total dos créditos
	Contratos vencidos com <i>impairment</i>	Contratos não vencidos com <i>impairment</i>	Vencidos sem <i>impairment</i>	Não vencidos sem <i>impairment</i>	
AA - C	-	-	55.134	4.999.743	5.054.877
D - H	111.730	67.675	-	-	179.405
Impairment	54.801	65.933	-	-	120.734

Classificação Interna (Rating 2682)	31/12/2011				Total dos créditos
	Contratos vencidos com <i>impairment</i>	Contratos não vencidos com <i>impairment</i>	Vencidos sem <i>impairment</i>	Não vencidos sem <i>impairment</i>	
AA - C	-	-	16.859	4.802.446	4.819.305
D - H	134.804	56.005	-	-	190.809
Impairment	23.785	105.411	-	-	129.196

A concentração de risco por setor da carteira de empréstimos e adiantamentos a clientes está demonstrado na nota 9.

Missões da diretoria de riscos e crédito
Análise e concessão de crédito

Avaliar os riscos envolvidos nas operações e a capacidade dos clientes em liquidar suas obrigações nas condições contratadas.

Controles e gestão de riscos

Atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam aos Comitês de Crédito e Executivo acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico do Banco Pine.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Composição da diretoria de riscos e crédito*Gerência de análise de crédito*

Responsável pela análise e recomendação para a concessão de crédito. Composta por 2 gerências, divididas por unidades de negócios (regionais).

Superintendência de controle de riscos

Responsável pelo controle e gestão de risco de crédito. Composta pelo superintendente, coordenadores e analistas de risco de crédito.

Processo e aprovação de crédito

O Processo de Crédito inicia com a elaboração de uma proposta de crédito e respectivo relatório de visita pela área comercial. Esta proposta de crédito, é analisada pela gerência de Análise de Crédito (com respectiva análise econômico-financeira), pela área comercial e pelo Comitê de Crédito.

O Comitê de Crédito tem as seguintes atribuições:

- Definir a política de crédito e respectivas alterações;
- Analisar, aprovar ou recusar limites / operações de crédito;

Participantes do Comitê de Crédito com direito a voto:

- Presidente
- Vice-Presidente Comercial;
- Vice-Presidente de Processamento e Jurídico;
- Diretora Executiva de Crédito.

Observações do Comitê de Crédito:

Aprovação unânime:

Participam do Comitê de Crédito sem direito a voto, os gerentes de crédito, analistas e o superintendente de controle de riscos e crédito;

O Comitê de Crédito poderá convocar, excepcionalmente, na qualidade de participantes, os executivos comerciais.

Controles e gestão do risco de crédito

Dentro de um conceito abrangente, analisando todos os clientes, independentemente dos setores onde estão situados, com destacado enfoque na estrutura de controles internos, o Comitê Executivo e a Diretoria de Riscos e Crédito do Banco Pine decidiram, conjuntamente, apartar em sua estrutura hierárquica uma célula de controles de crédito denominada Superintendência de Controles de Riscos e Crédito, reportando à Diretoria de Riscos e Crédito, cuja principal missão é atuar de maneira preventiva no monitoramento dos clientes ativos, visando antecipar movimentos de inadimplência na carteira de operações que envolvam todo e qualquer tipo de risco de crédito, dar suporte às decisões e estratégias comerciais e fornecer dados que permitam ao Comitê Executivo, acompanhar o cumprimento do Planejamento Estratégico da Instituição.

Destaca-se que o Banco Pine possui um sistema integrado de consolidação de risco das operações "em ser", limites de crédito, posição de garantias, modalidades, prazos dos limites e contratos do cliente, despachos e recomendações do Comitê de Crédito, além da posição de passivos dos clientes junto ao Banco e das informações acima relacionadas.

Além dos recursos de gestão fornecidos principalmente aos usuários da Área Comercial, este instrumento permite a consolidação das informações inerentes ao monitoramento da carteira de crédito, promovendo o "link" automático com os procedimentos adotados pela Vice-Presidência de Processamento e interligados à boletagem das operações.

Desta forma, aplicada à matriz de acompanhamento de riscos detalhada nesta etapa do processo, o sistema está capacitado para fornecer informações diárias sobre o fechamento do movimento contábil e apontar as exceções ocorridas.

Ainda seguindo o modelo padronizado, a combinação destas exceções, pré – definidas, implicará na emissão de relatórios de alerta e, dependendo da gravidade dos apontamentos, no bloqueio das operações e limites de crédito do cliente.

Área de recuperação de crédito

O Banco possui uma área específica de recuperação de crédito que tem por objetivo dar apoio às áreas envolvidas com o processo de recuperação de crédito, visando minimizar os prejuízos da instituição, ser fonte de informação acerca dos riscos em atraso ou que por qualquer motivo tenha a certeza do recebimento do crédito prejudicado e alinhar as ações do Banco na recuperação do crédito, dando corpo ao processo definido.

Etapas de recuperação

Esta área atua na prevenção e recuperação dividindo-se em duas etapas, Pré Contencioso e Recuperação de Crédito.

As atividades de "Pré Contencioso" visam operações que ainda não venceram, mas que se encontram com adiantamento em conta, títulos descontados vencidos ou parcelas em atraso, quanto em operações propriamente vencidas no todo.

Sob este aspecto, tem o objetivo de prover à Alta Administração informações acerca dos riscos que envolvem operações em atraso, bem como o posicionamento da Área Comercial sobre os riscos envolvidos, para que, ao final, a tomada de decisão seja feita em tempo hábil e com a devida precisão.

As atividades de "Recuperação de Crédito" visam à sugestão e adoção de medidas de cobrança de clientes que se encontram inadimplentes, para os quais, sob o aspecto comercial, não há solução efetiva para sua regularização e necessitam de meios mais eficazes de cobrança.

Sob o escopo de uma ação preventiva, visa adotar medidas para os riscos que, de alguma forma, apresentam indícios da possibilidade de inadimplência, seja esta detectada pela insuficiência de garantias, baixas na liquidez de títulos em cobrança, adiantamentos em conta não regularizados ou excessos no limite de crédito concedido sem a devida regularização, sucessões de renovações de operações, em especial, de giro quando não há redução sensível do saldo devedor ou movimentação incompatível com a modalidade da operação, ordem de baixa de títulos constantes, origem de recursos de direitos creditórios proveniente do próprio cliente, bem como quando o cliente venha a ter a sua saúde financeira afetada.

Para efeito de considerarmos os critérios de evidências de "Impairment", adotamos a seguinte prática:

- Alteração de risco do cliente

Qualquer alteração econômico-financeira, para cliente que o Banco mantenha relação e que esta alteração indique o aumento no risco de crédito de tal cliente ou grupo econômico.

Riscos que, sob algum aspecto, apresentem indícios da possibilidade de inadimplência, seja esta detectada pela insuficiência de garantias, baixas na liquidez de títulos em cobrança, movimentação incompatível com a modalidade da operação, ordem de baixa de títulos constantes, entre outros.

Para efeito dessa análise, a Superintendência de Controles e Riscos observará tais alterações, mediante monitoramento dos clientes ativos do Banco e identificando alguma alteração no risco do cliente, fará a avaliação quanto à necessidade ou não de realização de "Impairment" para tal cliente ou grupo econômico.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Os percentuais de "Impairment" a serem praticados levarão em conta as garantias envolvidas na operação, análise econômico-financeira do cliente, entre outros, de forma a justificar eventual percentual a ser aplicado para determinado cliente ou grupo econômico.

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, serão utilizados como mitigadores e redução de percentual de "Impairment" a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de "Impairment".

ii. Operações em atraso

Para efeito de evidência de "Impairment", com base na avaliação de atrasos e para considerarmos como fato relevante de avaliação e aplicação de "Impairment", fora os outros aspectos, o Banco define que todos os clientes com atraso superior a 90 (noventa) dias, deverão, obrigatoriamente, ser avaliados quanto a necessidade ou não de aplicação de "impairment".

A aplicação de percentuais mínimos ficará sujeita à avaliação de cada risco, podendo ser aumentado ou reduzido esse percentual, em especial, por conta da avaliação de mitigadores de risco, a exemplo de garantias, condições econômico-financeiras do cliente ou grupo econômico, entre outros.

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, serão utilizados como mitigadores e redução de percentual de "Impairment" a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de "Impairment".

iii. Operações "renegociadas"

Primeiramente, necessária a definição do que vem a ser uma operação "Renegociada", para efeito de definirmos tais operações com critério de evidência de "Impairment":

Em vista de normativos já expedidos pelo Banco Central do Brasil, em princípio, considera-se renegociação a composição de dívida, a prorrogação, a novação, a concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique na alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

Em que pese tal definição preliminar e a "rigidez" de determinadas normas expedidas pelo órgão regulador das Instituições Financeiras, todos os conceitos estão generalizados como "acordo".

Dessa forma, não há como confundirmos a natureza da nossa relação comercial com os nossos clientes, com "acordos" ou "renegociações", sendo estas últimas quando, de fato, nosso cliente deixa de cumprir com o avençado e há necessidade de formalizarmos um ajuste, para repactuar as condições do negócio e buscar a solvência do crédito.

Vale lembrar que é da natureza de uma Instituição Financeira a alteração de suas operações em curso, aditamentos com prorrogação de prazo e taxa, mas não com o contexto de "Renegociação", visto que para manutenção de seus clientes e negócios, muitas vezes, é necessário buscar uma solução para manter o relacionamento, a exemplo de garantias já constituídas e com performance satisfatória, operações que envolvem garantias e que necessitam de instrumentos públicos, registros e, de consequência, custo adicional no caso de abrir novo limite ou nova operação.

Isto posto, o Banco, para efeito de definição de operações "Renegociadas", e em linha com as normas expedidas pelo órgão regulador, toda operação que pela sua característica indique alguma probabilidade de perda e que para isso são repactuadas as condições do negócio, buscando a solvência, são classificadas e registradas em nosso sistema legado como "Renegociadas".

Dessa forma, as operações identificadas como "Renegociadas", terão tratamento similar aos demais casos, ou seja, na medida em que seja identificada uma operação nessa situação e para definição dos percentuais de "Impairment" a serem praticados, levarão em conta as garantias envolvidas na operação, análise econômico-financeira do cliente, entre outros, de forma a justificar eventual percentual a ser aplicado para determinado cliente ou grupo econômico.

Como regra geral, os valores mensuráveis de garantias constituídas, serão utilizados como mitigadores e redução de percentual de "Impairment" a ser aplicado, assim como quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a redução do percentual de "Impairment".

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	Empréstimos e adiantamentos a clientes	
	31/03/2012	31/12/2011
Operações com impairment		
Recebíveis	123.812	115.810
Penhor / Alienação de Produtos, Estoques e Equipamentos	38.698	14.120
Hipoteca / Alienação Imóveis	23.337	24.491
Subtotal	185.847	154.421
Operações sem impairment		
Recebíveis	947.476	903.117
Penhor / Alienação de Produtos, Estoques e Equipamentos	1.483.301	1.460.628
Aplicações Financeiras	108.367	107.988
Hipoteca / Alienação Imóveis	650.379	556.836
Fiança	61.996	61.996
Subtotal	3.251.519	3.090.565
Total	3.437.366	3.244.986

Riscos não identificáveis

Para efeito de conter eventuais perdas com créditos que ainda não tenham sido identificados dentro dos seus critérios de evidência de "impairment", o Banco adota, conservadoramente, a avaliação da sua perda histórica para aplicação de percentual "genérico" sobre essa mesma base.

Nesse sentido, o Banco adota modelo de avaliação para perdas incorridas nos últimos três exercícios, incluindo, o exercício de avaliação.

É feita a avaliação de todos os seus novos clientes e as perdas registradas com os mesmos, apurando-se o percentual destas perdas sobre a base de clientes, pelos seus valores históricos, não contemplando eventuais mutações do volume de crédito, ao longo da relação comercial mantida com os mesmos.

Feita a apuração do percentual de perdas para o período em análise, tal percentual é aplicado aos clientes que não possuíram evidências de "impairment".

c) Risco de liquidez
Definição

O risco de liquidez está associado à eventual dificuldade do Banco em atender suas obrigações decorrentes dos seus passivos financeiros.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez visa precaver o Banco de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o banco monitora suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

É efetuado um controle diário através de relatórios onde se monitoram os seguintes itens :

- O descasamento de vencimentos entre os fluxos de pagamentos e recebimentos de todo conglomerado;
- Projeção de cenários de stress de liquidez definidos no ALCO - Asset and liability committee.

Esses dados são confrontados com nível de caixa do Banco diariamente e avaliados semanalmente no ALCO - Asset and liability committee.

Balanco Patrimonial por prazo

O balanço por prazo contratual de vencimento está abaixo apresentado:

					31/03/2012
	Nota	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	5	227.658	-	-	227.658
Ativos financeiros para negociação		3.419.420	77.538	538.066	4.035.024
Instrumentos de dívida	7	3.365.546	10.602	360.728	3.736.876
Derivativos	8	53.874	66.936	177.338	298.148
Ativos financeiros disponíveis para venda		26.082	3.425	256.406	285.913
Instrumentos de dívida	7	26.082	3.425	256.406	285.913
Empréstimos e recebíveis		1.440.255	1.746.979	2.012.957	5.200.191
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	6	46.660	39.983	-	86.643
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	1.393.595	1.706.996	2.012.957	5.113.548
Instrumentos de hedge (derivativos)	8	-	8.720	1.723	10.443
Outros ativos		194.545	76.768	263.206	534.519
Ativos não correntes mantidos para venda	10	43.979	-	-	43.979
Outros		150.566	76.768	263.206	490.540
Devedores por depósitos em garantia	11	-	-	187.740	187.740
Imposto de renda a compensar	12	4.235	244	46.294	50.773
Outros ativos	12	100.485	56.288	28.539	185.312
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	45.846	20.236	633	66.715
TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS					10.283.305
PASSIVO					
Passivos financeiros		3.982.628	1.987.811	3.078.260	9.048.699
Derivativos	8	22.593	59.764	40.263	122.620
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	18	13.456	76.363	155.552	245.371
Depósitos de instituições financeiras	15	63.019	69.172	28.420	160.611
Depósitos de clientes	16	915.975	1.039.587	1.696.022	3.651.584
Captações no mercado aberto	17	2.402.380	-	-	2.402.380
Obrigações por empréstimos e repasses	19	452.445	738.276	878.952	2.069.673
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	20	52.077	-	-	52.077
Outros passivos financeiros	22	59.790	-	-	59.790
Dívidas subordinadas	21	893	4.649	279.051	284.593
Instrumentos de hedge (derivativos)		-	-	-	-
Provisões	23	6.782	21.523	57.499	85.804
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		6.782	21.523	25.733	54.038
Provisão para riscos fiscais		-	-	31.766	31.766
Passivos Fiscais	24	-	-	2.528	2.528
Outros Passivos		105.607	-	8.819	114.426
Outras obrigações	25	99.936	-	8.819	108.755
Relações com correspondentes		5.671	-	-	5.671
TOTAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS					9.251.457

					31/12/2011
	Nota	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	5	345.740	-	-	345.740
Ativos financeiros para negociação		4.034.430	203.527	304.038	4.541.995
Instrumentos de dívida	7	4.009.684	85.158	148.141	4.242.983
Derivativos	8	24.746	118.369	155.897	299.012
Ativos financeiros disponíveis para venda		289.190	3.334	263.230	555.754
Instrumentos de dívida	7	289.190	3.334	263.230	555.754
Empréstimos e recebíveis		1.710.278	1.576.240	1.864.713	5.151.231
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	6	6.352	258.708	5.253	270.313
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	1.703.926	1.317.532	1.859.460	4.880.918
Instrumentos de hedge (derivativos)		-	-	21.320	21.320

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Outros ativos		137.162	117.524	272.509	527.195
Ativos não correntes mantidos para venda		11.300	46.717	-	58.017
Outros		125.862	70.807	272.509	469.178
Devedores por depósitos em garantia	11	-	-	182.909	182.909
Imposto de renda a compensar		7.341	5.009	37.473	49.823
Outros ativos	12	88.046	33.816	26.346	148.208
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39	30.475	31.982	25.781	88.238
TOTAL DOS ATIVOS FINANCEIROS					11.121.915
PASSIVO					
Passivos financeiros		5.191.117	1.711.968	3.039.855	9.942.940
Derivativos	8	31.157	42.870	25.441	99.468
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	18	70.142	88.423	159.650	318.215
Depósitos de instituições financeiras	15	69.154	28.673	8.058	105.885
Depósitos de clientes	16	1.141.629	874.657	1.694.996	3.711.282
Captações no mercado aberto	17	3.190.416	-	-	3.190.416
Obrigações por empréstimos e repasses	19	558.269	677.345	865.543	2.101.157
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	20	65.395	-	-	65.395
Outros passivos financeiros	22	53.391	-	-	53.391
Dívidas subordinadas	21	11.564	-	286.167	297.731
Instrumentos de hedge (derivativos)		-	-	13.930	13.930
Provisões	23	6.064	33.150	67.901	107.115
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		6.064	33.150	38.327	77.541
Provisão para riscos fiscais		-	-	29.574	29.574
Passivos Fiscais	24	-	5.568	-	5.568
Outros Passivos		45.871	2	11.841	57.714
Outras obrigações	25	39.505	2	11.841	51.348
Relações com correspondentes		6.366	-	-	6.366
TOTAL DOS PASSIVOS FINANCEIROS					10.113.337

d) Risco de mercado
i) Definição

Riscos de Mercado estão ligados a possíveis perdas monetárias em função de flutuações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas nos mercados. As oscilações de variáveis financeiras, como preços de insumos e produtos finais, índices de inflação, taxas de juros e taxas de câmbio, geram potencial de perda para praticamente todas as empresas e, portanto, representam fatores de risco financeiro.

Basicamente, pode-se dizer que o Risco de Mercado que uma instituição está exposta deve-se ao conjunto de três fatores: a) exposição – valor exposto ao risco; b) sensibilidade – o impacto em função da flutuação de preços; e c) variação – a magnitude da variação de preços. Nota-se, dentre os fatores, que a exposição e sensibilidade são fatores controláveis pela instituição em função de seu apetite frente aos riscos observados, entretanto, a variação é uma característica do mercado, portanto fora do controle do Banco.

Os riscos de mercado podem ser classificados em diferentes modalidades, como o risco de taxa de juros, risco cambial, risco de preço de commodities e preço de ações. Cada modalidade representa o risco de ocorrerem perdas em função de oscilações na variação em sua respectiva variável.

ii) Gestão de risco de mercado

A gestão do risco de mercado é feita de forma centralizada por uma área que mantém independência em relação à mesa de operações e que tem como responsabilidade principal monitorar e analisar o risco de mercado oriundo das posições assumidas pelo Banco vis a vis o apetite ao risco definido pelo ALCO - Asset and liability committee e aprovado pelo Conselho de Administração.

A gestão de risco de mercado é efetuada diariamente pela área de Risco de Mercado e Liquidez que, calcula o Valor em Risco e gera os GAPs de descasamento dos Fatores Primitivos de Risco que compõem a carteira do Banco.

Os valores são confrontados diariamente com os limites de VaR, exposição por Fatores Primitivos de Risco e Stop Loss estabelecidos pelo ALCO - Asset and liability committee e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado.

Para os testes de estresse, utilizam-se os cenários de alta e de baixa divulgados pela BM&FBovespa, bem como o deslocamento das curvas de juros utilizadas. Poderão, ainda, ser utilizados alguns cenários gerados pelo ALCO - Asset and liability committee.

iii) Metodologias
Valor justo

O objetivo da marcação a mercado (Valor Justo) é tornar o apreçamento dos ativos e passivos contidos na carteira do Banco o mais transparente possível, visando a proteção dos acionistas.

Value at risk – VaR (Valor em risco)

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras do Banco. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, BM&FBovespa, Banco Central, entre outros).

São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

iv) Análises
GAP

O descasamento entre os prazos de vencimento das operações ativas e passivas dos recursos cria um GAP de prazo, oriundo da diferença entre os prazos de vencimento médio ponderado do ativo e passivo. É, portanto, a representação gráfica por fator de risco dos fluxos de caixa expressos a valor de mercado, alocados nas datas de vencimento, sendo utilizado para a avaliação de exposição a risco em um horizonte de tempo.

Análise de sensibilidade aos fatores de risco

Nesta análise procura-se avaliar a variação do valor de mercado da carteira a uma pequena variação das estruturas a termo de taxas de juros. O cenário aplicado é o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros que compõem as carteiras da Instituição. Essa análise é importante, pois leva em conta a maturidade (duração) dos diferentes ativos que compõem as carteiras.

Análise de estresse

Diariamente são efetuados testes de estresse que são divulgados em conjunto com as figuras de Risco do Banco para cada tipo de exposição (prefixado-juros, Dólar, inflação e ações) considerando os cenários divulgados pela BM&FBovespa para cada fator de risco. São considerados dois cenários de alta e dois cenários de baixa.

v) Riscos
Risco de taxa de juros

Risco de taxa de juros surge da possibilidade de que variações na taxa de juros afetarão os fluxos de caixa futuros ou o valor justo de instrumentos financeiros.

Risco de moeda

Risco de moeda é o risco de variação no valor de um instrumento financeiro devido a mudanças em taxas de câmbio. O Conselho estabeleceu limites de posições em moedas estrangeiras. Conforme as políticas do Banco, posições são monitoradas diariamente e estratégias de *hedge* são utilizadas para manter as posições dentro dos limites preestabelecidos.

Risco de preço de ações

Risco de preço de ações é o risco de o valor justo de ações diminuir como resultado de variações no nível de índices de ações ou ações individuais.

Risco de Commodities

Risco de Commodities é o risco devido à oscilação dos preços de produtos físicos (produtos agrícolas, petróleo, metais, etc).

vi) Exposição ao risco
Carteiras mantidas para negociação

Essa carteira é composta somente por operações em negociação (*trading*) do Banco transacionadas com a intenção de negociação, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem. Pode ainda, ser incluída operação destinada a *hedge* da referida carteira.

Exposição aos riscos de mercado - Carteiras mantidas para negociação

Apresentamos abaixo um resumo da posição de VaR das carteiras negociáveis do Banco em 31 de março de 2012 e de 2011, considerando o critério de 99% de confiança e holding período de 1 dia:

	Média	Máximo	Mínimo
31 de março de 2012	660	1.155	296
31 de março de 2011	595	1.128	412

vii) Análise de sensibilidade

Conforme Instrução Nº 475 da CVM, de 17 de dezembro de 2008, segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para as operações em negociação (*trading*) e para as operações de não negociação (*banking*), que exponham o Banco a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição em 31 de março de 2012:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		Provável ⁽ⁱ⁾	Possível ⁽ⁱⁱ⁾	Remoto ⁽ⁱⁱⁱ⁾
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	6.740	(44.188)	(88.376)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	147	(299)	(599)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	2.727	(2.212)	(4.425)
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	(2.306)	(1.338)	(2.676)
Taxa TR (TR)	Variações na TR	104	2.422	4.845
Taxa de Cupom de Dólar	Variação cupom cambial	(460)	1.296	2.591
Taxa de Cupom de Outras Moedas	Variação cupom cambial	(12)	(5)	(10)
Taxa LIBOR USD	Variação na taxa Libor	(5)	380	761
Taxa LIBOR Outras Moedas	Variação na taxa Libor	-	5	10
Moedas	Variação na variação cambial	-	(2)	(3)
Total (soma não correlacionada)*		(12.501)	(52.148)	(104.295)
Total (soma correlacionada)**		6.935	(43.941)	(87.882)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Cenários
Cenário I - Provável

Cenário composto pela variação dos fatores de mercado entre os dias 30/03/2012 e 17/04/2012 (variação da Pre de 8,97% para 8,68% no vértice de 1 ano, de 10,69% para 10,27% no vértice de 5 anos, variação do dólar de 1,8229 para 1,8454, e variação do cupom de IPCA de 3,24% para 3,14% no vértice de 1 ano).

Cenário II - Possível

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado		Nova Taxa Mercado
	(1 ano)	Choque	
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	8,97%	25%	11,21%
Índice de Preços (IGPM)	2,57%	25%	3,22%
Índice de Preços (IPCA)	3,24%	25%	4,05%
Taxa TJLP (TJLP)	1,66%	25%	2,07%
Taxa TR (TR)	8,61%	25%	10,76%
Taxa de Cupom de Dólar	1,73%	-25%	1,29%
Taxa de Cupom de Outros Moedas	2,68%	-25%	2,01%
Taxa LIBOR USD	1,03%	25%	1,29%
Taxa LIBOR Outras Moedas	1,33%	25%	1,66%
Moedas	1,8221	25%	2,2776

Cenário III - Remoto

Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:

Curva	Taxa Mercado		Nova Taxa Mercado
	(1 ano)	Choque	
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	8,97%	50%	13,45%
Índice de Preços (IGPM)	2,57%	50%	3,86%
Índice de Preços (IPCA)	3,24%	50%	4,86%
Taxa TJLP (TJLP)	1,66%	50%	2,49%
Taxa TR (TR)	8,61%	50%	12,91%
Taxa de Cupom de Dólar	1,73%	-50%	0,86%
Taxa de Cupom de Outros Moedas	2,68%	-50%	1,34%
Taxa LIBOR USD	1,03%	50%	1,55%
Taxa LIBOR Outras Moedas	1,33%	50%	2,00%
Moedas	1,8221	50%	2,7332

* Para os Cenários II e III, foi considerado o resultado do estresse de alta ou baixa de forma a obter um resultado de maiores perdas para a carteira.

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		31/12/2011		
		Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(4.678)	(54.357)	(102.987)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	135	(477)	(930)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	412	(3.239)	(6.294)
Taxa TJLP (TJLP)	Variações na TJLP	(3.143)	(6.489)	(13.356)
Taxa TR (TR)	Variações na TR	(87)	(3.610)	(7.390)
Taxa de Cupom de Dólar	Varição cupom cambial	451	(623)	(1.239)
Taxa de Cupom de Outras Moedas	Varição cupom cambial	28	(38)	(75)
Taxa LIBOR USD	Varição na taxa Libor	(462)	(274)	(550)
Taxa LIBOR Outras Moedas	Varição na taxa Libor	(1)	(17)	(34)
Moedas	Varição na variação cambial	-	-	(1)
Total (soma não correlacionada)*		(7.345)	(69.123)	(132.854)
Total (soma correlacionada)**		(9.402)	(48.104)	(90.736)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários
Cenário I - Provável

Cenário composto pela variação dos fatores de mercado entre os dias 30/12/2011 e 18/01/2012 (variação da Pre de 10,04% para

Cenário II - Possível

Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de

Curva	Taxa Mercado		Nova Taxa Mercado
	(1 ano)	Choque	
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,04%	25%	12,55%
Índice de Preços (IGPM)	5,52%	25%	6,90%
Índice de Preços (IPCA)	4,28%	25%	5,35%
Taxa TJLP (TJLP)	2,61%	-25%	1,96%
Taxa TR (TR)	9,53%	-25%	7,15%
Taxa de Cupom de Dólar	2,95%	25%	3,68%
Taxa de Cupom de Outros Moedas	3,38%	25%	4,23%
Taxa LIBOR USD	1,10%	-25%	0,83%
Taxa LIBOR Outras Moedas	1,31%	-25%	0,98%
Moedas	1,8758	-25%	1,4069
Equity (Ibovespa)	56.754	25%	70.943

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

Curva	Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela BM&F), e nas cotações de		
	Taxa Mercado		Nova Taxa Mercado
	(1 ano)	Choque	(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	10,04%	50%	15,06%
Índice de Preços (IGPM)	5,52%	50%	8,28%
Índice de Preços (IPCA)	4,28%	50%	6,42%
Taxa TJLP (TJLP)	2,61%	-50%	1,30%
Taxa TR (TR)	9,53%	-50%	4,76%
Taxa de Cupom de Dólar	2,95%	50%	4,42%
Taxa de Cupom de Outros Moedas	3,38%	50%	5,07%
Taxa LIBOR USD	1,10%	-50%	0,55%
Taxa LIBOR Outras Moedas	1,31%	-50%	0,65%
Moedas	1,8758	-50%	0,9379
Equity (Ibovespa)	56.754	50%	85.131

* Para os Cenários II e III, foi considerado o resultado do estresse de alta ou baixa de forma a obter um resultado de maiores perdas para a carteira.

viii) Balanço por moeda

	31/03/2012			31/12/2011		
	Dólar	Euro	Outros	Dólar	Euro	Outros
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa	121.434	4.886	16	69.223	40.901	18
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	4.564	-	-	24.434	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.248.233	3.693	-	1.108.807	2.871	-
Outros ativos	8.230	-	-	9.067	-	-
Total	1.382.461	8.579	16	1.211.531	43.772	18
PASSIVO						
Depósitos de clientes	56.211	2.019	-	78.266	24.561	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	238.011	-	-	278.368	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	919.108	-	-	1.061.636	832	-
Relações com correspondentes	20.204	-	-	1.691	-	-
Dívidas subordinadas	254.385	-	-	267.590	-	-
Total	1.487.919	2.019	-	1.687.551	25.393	-
Derivativos	101.101	(7.539)	-	510.585	(11.910)	-
GAP	(4.357)	(979)	16	34.565	6.469	18

ix) Balanço por taxa de juros

	31/03/2012				
	Pre	IPCA	Libor	Cupom Cambial	Outros
ATIVO					
Instrumentos de dívida	3.222.042	602.611	-	-	2.982
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	-	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.137.746	25.992	-	154.768	-
Total	6.359.788	628.603	-	154.768	2.982
PASSIVO					
Depósitos de clientes	3.292.193	562.895	-	-	13.687
Depósitos de instituições financeiras	84.267	-	-	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	57.200	143.771	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	59.317	-
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	12.701	-	-	-	-
Dívidas subordinadas	-	-	28.561	-	-
Total	3.389.161	562.895	85.761	203.088	13.687
Derivativos	(2.296.604)	(253.136)	(9.172)	(261.879)	30.333
GAP	674.023	(187.428)	(94.933)	(310.199)	19.628

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

					31/12/2011
	Pre	IPCA	Libor	Cupom Cambial	Outros
ATIVO					
Instrumentos de dívida	3.134.969	740.118	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	89.398	-	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	4.064.586	36.277	-	114.484	-
Total	7.288.953	776.395	-	114.484	-
PASSIVO					
Depósitos de clientes	3.242.863	534.079	-	-	12.947
Depósitos de instituições financeiras	14.142	-	-	-	-
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	276.254	530.620	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	60.694	-
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	14.761	-	-	-	-
Dívidas subordinadas	-	-	29.458	-	-
Total	3.271.766	534.079	276.254	620.772	12.947
Derivativos	(3.009.424)	(33.800)	288.175	510.912	(385.974)
GAP	1.007.763	208.516	11.921	4.624	(398.921)

e) Gestão de Risco Operacional
Definição

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Para atenuar esse tipo de risco o Banco adota uma estrutura para garantir permanente atualização e mapeamento de riscos e controles, bem como capturar informações relacionadas a qualquer falha operacional.

Gestão e Metodologia

A estrutura responsável pela centralização da gestão dos riscos operacionais e pela disseminação da metodologia está composta por funcionários da área de Compliance, além dos pontos focais de Compliance que atuam nas diferentes atividades do Banco e ajudam a promover uma cultura de conformidade e controle de risco em todo o Banco, visando o objetivo de aprimoramento dos processos internos e a redução de riscos operacionais.

Nesta metodologia, periodicamente, são realizadas auto-avaliações das atividades e processos das áreas, que incluem a identificação dos riscos inerentes, avaliação da eficácia dos controles e sugestão de planos de ação para mitigar os riscos identificados e/ou melhorar os controles.

O Banco a partir de junho de 2011, alterou a metodologia de cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido (PRE) referente ao risco operacional (POPR) de Abordagem do Indicador Básico (BIA) para a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA II), de acordo com a circular Bacen nº 3.383/08.

47. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DO LUCRO DO BANCO (BRGAAP e IFRS)

De acordo com a instrução CVM nº 457, de 13 de julho 2007, apresentamos a seguir a reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído a controladora ente o BRGAAP e o IFRS, nos períodos demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	31/03/2012	31/12/2011
Patrimônio Líquido consolidado em BRGAAP		1.029.298	1.015.081
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	52.454	34.282
Diferimento de tarifas bancárias e comissões pelo método de taxa efetiva de juros	b	(10.047)	(9.061)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	c	(5.053)	(6.956)
Baixa de investimento avaliados pelo custo	d	-	(209)
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de IFRS	e	(14.942)	(7.223)
Patrimônio Líquido em IFRS		1.051.710	1.025.914

	Nota explicativa	31/03/2012	31/03/2011
Lucro Líquido consolidado em BRGAAP		46.560	31.450
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	18.171	1.587
Diferimento de tarifas bancárias e comissões pelo método de taxa efetiva de juros	b	(985)	1.627
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	c	1.903	926
Baixa de investimento avaliados pelo custo	d	209	-
Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de IFRS	e	(7.719)	(1.656)
Lucro Líquido em IFRS		58.139	33.934

a) Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis:

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", o Banco estima a provisão para perdas sobre crédito com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BRGAAP, que usa determinados percentuais regulatórios, independente da existência de evidência objetiva de impairment definidos em regulamentação do Bacen, para fins do cálculo da provisão para perdas sobre crédito.

b) Diferimento de tarifas bancárias e comissões pelo método da taxa efetiva de juros:

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2012 E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto preço unitário da ação)

c) Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:

O Banco realizou a baixa de ativos objetos de cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios, a partir de 01 de janeiro de 2004, e de acordo com os requisitos do IFRS 1, foi recomposto e registrado o ativo transferido com retenção de riscos e benefícios e registrado o passivo referente a coobrigação na operação de cessão de crédito na data de transição ao IFRS, assim como posteriormente. A receita (despesa) apurada na época da cessão de crédito é reconhecida no resultado durante o período de vigência dos respectivos contratos.

d) Baixa de investimentos avaliados pelo custo:

O Banco realizou no balanço de abertura a baixa de investimentos avaliados pelo custo, anteriormente registrados no ativo, tendo em vista não atender os requisitos para o reconhecimento do ativo, pelo IFRS.

e) Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação.

48. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 13 de abril de 2012, o Pine liquidou a primeira oferta pública de Letras Financeiras, em série única, conforme autorizado pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2012. Foram emitidas 783 Letras Financeiras com valor nominal unitário de R\$400, totalizando o montante de R\$ 313.200 e vencimento em 13 de abril de 2014.
